

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CAETANO TAVARES DE ALMEIDA GONTIJO

Territórios da agroecologia na agricultura urbana:
um caminho com as mulheres agricultoras

São Paulo

2025

CAETANO TAVARES DE ALMEIDA GONTIJO

Territórios da agroecologia na agricultura urbana:
um caminho com as mulheres agricultoras

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Prof^a Dra. Valéria de Marcos

Agradecimentos

Dedico este trabalho à todas aquelas e à todos aqueles que lavram a terra para cultivar um futuro possível, conservando e germinando as sementes verdadeiras que ainda nos permitem a revolução da vida.

Agradeço imensamente às mulheres que me criaram, à Tatá, à Rosângela e à Marlyana, terra-mãe; e àquelas que comigo compartilham desde cedo o tempo e o espaço, à Tereza, à Joana, Marly, Milu... também ao pai feminino que há muito me acolheu em sua Divina Teta.

Agradeço ao Borracha, cabra que me deu a guia e me ensinou que samba bom é batucado, mão no balde e na bacia.

Agradeço especialmente à Nara, sentido, nutrição e fundamento, companheira sem a qual nada seria possível.

Agradeço, ainda, ao povo jovem da Geografia, essa “geração perdida” da quebrada.

E por fim agradeço à professora Dra. Valéria de Marcos, que me mostrou o caminho das pedras para encerrar esse ciclo tão importante em minha jornada.

RESUMO

GONTIJO, Caetano Tavares de Almeida. **Territórios da agroecologia na agricultura urbana: um caminho com as mulheres agricultoras.** 2025. 80f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

O presente trabalho investiga a agroecologia como fundamento da agricultura urbana, no processo de busca de combate às desigualdades sociais, através da superação da fome e da insegurança alimentar. Neste contexto, a agroecologia coloca-se como questionamento ao modelo de produção de alimentos instaurado pela Revolução Verde, processo que aliou ciência, tecnologia e capital com a modernização do campo, em escala mundial, para transformar os alimentos em comodities, objetos de especulação do capital financeiro em detrimento de sua função primordial. A agroecologia questiona também estruturas amplas de dominação, como o patriarcado, o capitalismo e o colonialismo; desta forma, a discussão de gênero torna-se central, explicitando e favorecendo a realização da produção agrícola de base agroecológica através do trabalho das mulheres agricultoras. Em uma sociedade extremamente urbanizada, as cidades se apresentam como locais privilegiados de disputas sociais, políticas e culturais; sendo assim a agricultura urbana coloca em evidência a tensão entre os modelos de produção e consumo de alimentos. Para investigar tais processos, este trabalho traz uma revisão da bibliografia acerca da agricultura urbana, bem como da agroecologia, relacionando-as com a discussão sobre gênero, trabalho, cuidado e meio ambiente. Além disso, traz reflexões a partir de um trabalho de campo que buscou cotejar as formulações teóricas visitadas com a realidade concreta encontrada em uma horta urbana, na zona norte do município de São Paulo.

Palavras-chave: Agricultura Urbana; Agroecologia; Soberania Alimentar; Mulheres agricultoras.

ABSTRACT

GONTIJO, Caetano Tavares de Almeida. **Territories of agroecology in urban agriculture: a journey with women farmers.** 2025. 80f. Individual Graduation Work (TGI) – Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2025.

This paper investigates agroecology as a foundation for urban agriculture in the process of combating social inequalities by overcoming hunger and food insecurity. In this context, agroecology poses a challenge to the food production model established by the Green Revolution, a process that combined science, technology, and capital with the modernization of the countryside on a global scale to transform food into commodities, objects of speculation by financial capital to the detriment of its primary function. Agroecology also questions broad structures of domination, such as patriarchy, capitalism, and colonialism; in this way, gender discussion becomes central, making explicit and favoring the realization of agroecological agricultural production through the work of women farmers. In an extremely urbanized society, cities present themselves as privileged places for social, political, and cultural disputes; thus, urban agriculture highlights the tension between models of food production and consumption. To investigate these processes, this paper reviews the literature on urban agriculture and agroecology, relating them to the discussion on gender, work, care and the environment. In addition, it presents reflections based on fieldwork that sought to compare the theoretical formulations discussed with the concrete reality found in an urban garden in the northern part of the city of São Paulo.

Keywords: Urban Agriculture; Agroecology; Food Sovereignty; Women Farmers.

Lista de siglas e abreviaturas

AU – Agricultura Urbana

AUP – Agricultura Urbana e Periurbana

IAN – Insegurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

Introdução	7
Capítulo 1 – Agricultura Urbana e Agroecologia: resistência e projeto de sociedade	10
1.1 – Agricultura Urbana: conceito e tipologia	10
1.2 – Fome e Insegurança alimentar	16
1.3 – Segurança alimentar: acessibilidade aos alimentos na cidade	29
Capítulo 2 – Territórios da Agroecologia	33
2.1 – Agricultura urbana com base na Agroecologia	33
2.2 – Agroecologização de territórios, ética do cuidado e ecofeminismo	44
2.3 – Soberania alimentar	52
Capítulo 3 – Maria e Margarida: caso concreto em Jova Rural	57
3.1 – AU no município de São Paulo: Sampa + rural	57
3.2 - Trabalho de campo, projeção e realidade	59
3.3 - Maria e Margarida: horta, história	61
Considerações Finais	77
Referências Bibliográficas	79

Introdução

A agricultura pode ser considerada como a fonte primordial de produção de alimentos utilizada pela sociedade, desde tempos imemoriais, em sua relação com a natureza e o espaço. No tempo contemporâneo, a agricultura está estreitamente relacionada tanto com os espaços rurais, quanto com o espaço urbano. Desta forma, não há mais sentido em se pensar em uma oposição entre o urbano e o rural, uma vez que o campo se encontra à mercê das modernizações que caracterizam o meio técnico científico informacional. As atividades agrícolas comandadas pelo agronegócio são intensivas em capital e tecnologia e avançam em boa parte do território brasileiro. Outros modos de produção, baseados por exemplo em uma agricultura familiar camponesa, seja de base agroecológica ou não, resistem e se reproduzem, ainda que como contradição ao modelo capitalista, mas não estão livres de suas influências. Com o avanço da tecnologia da informação, o próprio modo de vida urbano dissemina-se com rapidez, como uma força homogeneizadora também relacionada aos padrões de consumo.

Na grande metrópole, por sua vez, multiplicam-se formas de agricultura urbana (AU), mais intensamente articuladas ao mercado urbano, de diversos modos. Algumas se apresentam mais vinculadas ao capital hegemônico, reproduzindo lógicas de produção e consumo; outras, por outro lado, buscam um maior equilíbrio entre a atividade produtiva e os recursos naturais, preocupadas com a sustentabilidade dos agrossistemas, em suas diferentes escalas. Neste viés, há ainda aquelas formas de agricultura que questionam em si mesmas as dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais que sustentam o modo de produção dominante. Se há, por um lado, fragmentação e dispersão do fenômeno agrário, podemos dizer que, por outro, há também uma sucessão de continuidades, já que ele está presente na rede de relações que mantém atados os nós urbanos.

Dentro dessa multiplicidade e amplidão do fenômeno agrário, podemos dizer que há redes estruturas de acordo com os diferentes interesses políticos e econômicos, mobilizando de formas diversas a sociedade e a cultura. À imensa

rede comandada pelo agronegócio (à qual se relaciona diretamente a rede de produção e consumo de alimentos industrializados, na qual os ultraprocessados representam o ápice nocivo), por exemplo, contrapõe-se uma rede crescente baseada na agroecologia, cuja proposta filosófica e prática supõe uma transformação na relação entre sociedade e natureza.

Neste trabalho, é nosso objetivo refletir sobre a AU que aponta em direção a uma transição agroecológica, através dos saberes e fazeres comandados especialmente pelas mulheres agricultoras. Transição esta que evocamos na perspectiva de Ott (2023), como agroecologização de territórios, exercitada teoricamente no ecofeminismo, cujas manifestações tentamos apreender na realidade, através de trabalhos de campo.

No primeiro capítulo pretendemos investigar como a bibliografia recente trata as diferentes formas em que se apresenta a AU. Partimos da perspectiva de Mougeot (2000) para entender sua conceituação, voltada para a integração da AU no ecossistema urbano. Utilizamos também algumas concepções e uma tipologia proposta por Biazoti (2020) para nos aproximarmos das AU na cidade, em nosso cotidiano.

Na sequência, ainda neste capítulo, abordamos o problema da fome e da insegurança alimentar, recuando um pouco no tempo, até meados do século XX, para considerar as clássicas proposições de Castro (1946). Buscando uma atualização do fenômeno, buscamos alguns dados e informações no *Atlas das Situações Alimentares no Brasil. A disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo*, organizado por Ribeiro Jr. (2021), de maneira a obter um quadro mais amplo sobre estas questões. Finalizamos o capítulo refletindo sobre a acessibilidade aos alimentos na cidade como condição da segurança alimentar.

No segundo capítulo buscamos nos aprofundar um pouco no debate sobre a Agroecologia. Como nosso guia, utilizamos o trabalho de Biase (2010), que traça uma evolução nas perspectivas e propostas agroecológica em diferentes autores, desde as concepções do ecólogo Gliessman, que voltou-se para aspectos mais técnicos na produção agroecológica; passando pelo agrônomo Altieri, para quem os aspectos socioeconômicos dirigem o debate; até

chegarmos ao sociólogo Sevilla Guzmán, cuja visão aborda uma dimensão sócio-cultural mais ampla. Na complementaridade entre estes autores, Biase busca uma agroecologia plena.

Ainda no segundo capítulo tentamos observar as formulações de Ott (2023) acerca da agroecologização de territórios, relacionada a uma perspectiva ecofeminista, onde uma ética do cuidado é colocada como característica de uma voz moral feminina; neste caminho, trouxemos também a filósofa Carol Gillian, apresentada pelo trabalho de Ott. Foram também de grande importância as visões de Carvalho (2021), de Nakamura e Ranieri (2021) e de Camargo (2023), para discutirmos as questões de gênero na agricultura urbana e suas diversas implicações. Terminamos o capítulo discutindo um pouco sobre soberania alimentar, vista como estágio ideal a ser buscado por um povo, para o qual o caminho da Agroecologia, de uma forma ampla, se configura como possibilidade transformadora.

No terceiro capítulo nosso objetivo foi o de trazer um olhar para a realidade empírica, para entender como as teorias discutidas anteriormente se relacionam com as práticas dos sujeitos concretos. Partimos de uma descrição sobre o site *Sampa + Rural*, onde buscamos mapear possíveis locais para realizarmos trabalhos de campo, no município de São Paulo.

Refletimos, ainda terceiro capítulo, sobre nosso processo de construção do presente trabalho, considerando aquilo que projetamos no primeiro semestre de 2025, na disciplina TGI 1, sob a orientação da professora doutora Valéria de Marcos, no departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, e aquilo que conseguimos realizar no semestre seguinte, no TGI 2, a partir do que de fato nos trouxe a revisão da bibliografia, a pesquisa das fontes e, principalmente, o trabalho de campo de campo realizado na “Horta da D. Maria e do Sr. Joaquim” e na “Horta da Margarida”, ambas situadas no Bairro Jova Rural, no subdistrito do Jaçanã, Zona Norte de São Paulo. A partir do que idealizamos e depois daquilo que conseguimos de fato realizar, amadurecemos nosso processo próprio de pesquisa, de forma muito valiosa para nosso crescimento acadêmico.

Capítulo 1 – Agricultura Urbana e Agroecologia: resistência e projeto de sociedade

1.1 – Agricultura Urbana: conceito e tipologia

A agricultura urbana (AU) é um fenômeno que vem criando espaço nas cidades, tornando-se cada vez mais presente nos lugares mais diversos, como praças, lotes vagos, sob linhas de transmissão de energia, em galpões, telhados de condomínios residenciais e empresariais; tanto em áreas densamente povoadas quanto nas franjas dos municípios. Configura-se como atividade econômica que pode estar mais ligada a um uso intensivo de capital, mas também apresenta-se como meio de reprodução social de populações de baixa renda, mais vulneráveis às desigualdades socioespaciais. A AU é uma prática que pode ser verificada em diferentes formas, que muitas vezes se sobrepõem e se entrelaçam; ela traz em si também uma ligação com o modo de vida rural, muitas vezes presente na memória e nas histórias de vida de muitas pessoas, filhas e netas de migrantes de outrora.

Desde saída salientamos que, ao tratarmos desta que é uma das chaves do presente trabalho, não iremos considerá-la a partir de uma ruptura entre o urbano e o rural; seja porque o espaço agrário, de maneira geral, é (re)produzido a partir da lógica de acumulação capitalista, cujo centro normativo são as grandes metrópoles; seja porque a própria agricultura sempre esteve presente de uma ou outra forma nos centros urbanos.

A associação quase instantânea que é feita entre agricultura e meio rural pode levar a uma impressão de incompatibilidade entre agricultura e meio urbano. Entretanto, a agricultura urbana não é uma atividade recente e, de alguma forma, sempre se expressou nas áreas urbanas, mesmo que timidamente. Essa atividade tem despertado um elevado e crescente interesse, tanto dos urbanistas quanto dos pesquisadores e responsáveis por elaboração de políticas, na medida em que, onde se estabeleceu com eficiência, desempenhou um papel muito importante na alimentação das populações urbanas, garantindo sua sobrevivência (FAO, 1999). (Aquino e Assis, 2007, p. 137)

De qualquer forma, são relativamente recentes os debates acadêmicos acerca da AU. Em meados dos anos 1990 eles se intensificaram, o que passou a demandar, segundo Mougeot (2000), um trabalho conceitual para dar conta deste fenômeno.

A expressão "agricultura urbana", ou "agricultura intra e periurbana", usada originalmente apenas nos meios acadêmicos e ocasionalmente pelos meios de comunicação, agora vem sendo adotada amplamente (Smit e outros, 1996; FAO, 1996; COAG/FAO, 1999). Essa popularização torna ainda mais importante que se defina e se especifique melhor o conceito, pois, somente com maior coerência interna e funcionalidade externa ele poderá tornar-se uma ferramenta útil e específica que poderemos compreender e utilizar. (p. 9)

Diante dessa necessidade, segundo o autor, é preciso considerar a coerência interna na formulação do conceito, bem como sua funcionalidade externa – nesta dimensão, importa observar a relação com outros conceitos, por exemplo “com a agricultura rural, com o desenvolvimento urbano sustentável ou com os sistemas urbanos de abastecimento de alimentos” (Mougeot, 2000, p.9). O entrelaçamento entre o urbano e o rural é bastante palpável.

Em relação à coerência interna, é importante destacar os elementos constitutivos que vão formando o conceito, de acordo com a complexidade das múltiplas experiências que se apresentam na realidade.

Mougeot (2000) ressalta, neste caminho, os elementos usualmente mobilizados para estrutura o conceito de AU: tipos de atividade econômica; localização; tipos de área onde é praticada; escala e sistema de produção; tipos de produto, destinação e comercialização.

Os tipos de atividade econômica são consideradas, tradicionalmente, a partir do processo produtivo, mas também são abordados o processamento e a comercialização. Na AU, tais etapas se encontram geograficamente mais atreladas, seja no tempo, seja no espaço. Sobre os tipos de produtos, usualmente são apresentadas diferenças quanto à destinação, se para consumo animal ou humano; assim como a tipologia em si: hortaliças, frutas, grãos, raízes, ervas aromáticas e medicinais; galinhas, peixes, suínos, caprinos, até mesmo bovinos. A escala e sistema de produção, por sua vez, comumente são

abordados a partir do contraponto entre grandes empresas, nacionais ou não, que estão mais ligadas à agricultura rural (mas que também podem assumir um lugar no urbano), e os pequenos, médios e micro sistemas, caracterizados pela presença de agricultura familiar ou atividade voltada prioritariamente para comercialização. “Constantemente estão ocorrendo mudanças e intercâmbios entre os sistemas de produção e dentro de cada unidade produtiva. Existem muitas maneiras pelas quais a agricultura urbana interage com outras funções urbanas, ao usar e ao fornecer recursos, produtos e serviços para a cidade e seus habitantes” (Mougeot, 2000, p. 10).

Sobre a localização, é o elemento que mais aparece, numa primeira aproximação com o conceito. Mougeot (2000) destaca que há autores que consideram uma separação entre áreas urbanas e periurbanas, tendo como base “o número de habitantes; a densidade mínima; os limites oficiais da cidade” (p. 9), entre critérios similares. Neste trabalho consideraremos como AU aquela praticada tanto nas áreas urbanas mais centrais quanto nas áreas periurbanas, assinalando-se semelhanças e diferenças entre elas, pois nos importa seguir o autor para observar, na definição de AU, suas conexões com o ecossistema urbano. “A característica principal da agricultura urbana, que a distingue decisivamente da agricultura rural, é sua integração no sistema econômico e ecológico urbano” (MOUGEOT, 2000, p. 11). Assim, o central não é a simples localização (ainda que obviamente seja ela uma baliza), mas sim a integração e a interação desta atividade com o ecossistema da cidade.

Para além de uma indústria, como afirma o autor, a agricultura urbana é uma prática social permeada por uma série de funcionalidades e motivações, podendo atender ao autoconsumo individual ou familiar ou servir para a comercialização e abastecimento de gêneros alimentícios, medicinais e outros fins, como ornamentação e produção de fibras. Em muitos casos, o próprio caráter produtivo é secundário, com prioridade para outras funções, como educação (principalmente em hortas educativas e escolares), o ativismo (em hortas de guerrilha), a preservação da paisagem entre outros. A escala também é um fator relevante, podendo considerar experiências pequenas, como a produção em uma varanda ou em vasos, como largas extensões produtivas no interior da cidade. Há uma grande diversidade de iniciativas e modelos que trazem complexidade e uma série de controvérsias ao conceito. (Biazoti, 2020, pp. 34-35)

Assumindo-se a diversidade e a complexidade envolvidas na AU, para além do que considera-se mais tradicional para se definir o fenômeno, outros elementos irão nortear uma estruturação mais ampla do conceito: sistemas urbanos de abastecimento de alimentos; segurança alimentar urbana; manejo de solos urbanos; estratégias de sobrevivência urbana; desenvolvimento urbano sustentável e a própria relação com a agricultura rural.

A partir da consideração de todas essas dimensões, iremos compreender a AU como fenômeno político, econômico e socioespacial que extrapola uma visão puramente técnica da atividade.

Através, então, da intensidade da integração da AU com o ecossistema urbano, Mougeot apresenta três relações. Em primeiro lugar, toma-se por base que, “em qualquer cidade e em qualquer momento, seus alimentos são produzidos por uma agricultura que é de caráter rural, periurbano e intraurbano, pois as três interagem e se complementam mutuamente em variados graus” (2000, p. 11). Isto é, podemos observar que a AU está em movimento juntamente com a dinâmica do processo social; cada dimensão possui características próprias, mas constroem um todo em relação aberta, com fluxos de abastecimento e comercialização em variadas direções.

O segundo ponto reside na concepção que, acompanhando o tamanho da cidade, a agricultura aí praticada será mais densamente urbana quanto maior for a aglomeração, a partir da intensidade da rede de relações, a proximidade entre produção e consumo, enfim.

A terceira relação apresentada indica que, no processo de urbanização, “a agricultura de tipo urbano e intensivo crescerá como porcentagem de toda a agricultura praticada na cidade (...) o tamanho dos lotes usados para a agricultura vai se reduzindo, enquanto os sistemas de produção se intensificam e se especializam” (Mougeot, 2000, p. 12).

Concluindo essa primeira aproximação e definição do conceito, o autor ainda destaca que entre a AU e a cidade há um processo cíclico, ou de (re)ciclagem, de recursos, produtos e serviços. Seja de caráter intraurbano, periurbano, (e até mesmo em relação com a dimensão rural); além dos diversos tamanhos das cidades, a AU constrói um quadro

onde se cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno das áreas urbanas, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana. (Mougeot, 2000, p. 13)

Apresentada a estrutura conceitual que seguiremos neste trabalho, passaremos às formas como ela se manifesta. De acordo com Nakamura e Ranieri (2021), considerando-se a forma de produção, a agricultura urbana pode ser classificada de diferentes maneiras. Desde uma agricultura de caráter convencional, que utiliza agrotóxicos e fertilizantes; passando por técnicas como aeroponia e hidroponia, também caracterizadas pelo uso de fertilizantes; pelos cultivos orgânicos; até chegarmos a uma produção agroecológica.

Em sua dissertação de mestrado “Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo”, de 2020, André Biazoti traz um panorama elucidativo da tipologia da AU. Segundo o autor, a forma mais comum encontrada é a das *hortas comunitárias*. “Estas hortas podem ser gestionadas de inúmeras formas, especialmente no que diz respeito ao financiamento, propriedade e objetivos” (Biazoti, 2020, p. 37). É comum que os integrantes compartilhem processos de decisão, assim como insumos e ferramentas.

Outra forma é a dos *loteamentos*, muito comum na Europa. Geralmente são espaços legalmente constituídos. Podem se manifestar em terras públicas ou privadas; há um contrato entre um proprietário e o agricultor; a produção costuma ser voltada para o autoconsumo, porém os excedentes podem ser comercializados. Os lotes podem ser fragmentados e pode surgir alguma associação entre eles.

Os *quintais produtivos*, por sua vez, geralmente são realizados em espaços privados, voltados mais para uma produção doméstica, para autoconsumo. Ervas aromáticas ou medicinais, hortaliças, são tipos de cultivares mais comuns, e podem ser plantados em vasos, em locais mais estreitos, como varandas.

Outros tipos de empreendimentos são as *fazendas urbanas* ou *hortas urbanas*. Trata-se de porções relativamente maiores de terra, encontradas em áreas periurbanas, mas também em locais centrais mais densamente povoados, com uso regular ou irregular das terras. Sobre este tipo, destacamos Biazoti (2020):

Em muitos casos, tais experiências são protagonizadas por sujeitos há anos produzindo nas terras e que foram englobados pelo processo de urbanização ao longo do tempo. No caso brasileiro, são experiências que podem ocorrer em terrenos sob linhas de transmissão de energia ou dutos de condução de produtos, áreas onde são impossibilitados outros usos (...) As áreas são cuidadas de forma familiar ou comunitária, sendo que parte da produção é para sustento próprio e parte é destinada para comercialização local, havendo a possibilidade de realização de feiras e de associações dos agricultores em cooperativas. Em muitos casos, são áreas com zoneamento específico na legislação municipal e que podem ter apoio governamental para assistência técnica e fornecimento de insumos (p. 38)

Há os *empreendimentos agrícolas*, que também podem utilizar maiores extensões de terra, em áreas intraurbanas ou periurbanas, mas que possuem um caráter marcadamente comercial, com uso intensivo de capital. São empresas capitalistas propriamente ditas. Há, nesse sentido, até mesmo iniciativas em galpões fechados, com produção em hidroponia e aeroponía, com luminosidade e umidade controladas 24 horas por dia.

As *hortas institucionais* são iniciativas desenvolvidas por instituições públicas ou privadas, numa relação de complementaridade com outras atividades. Têm um caráter pedagógico, através da mediação entre o empreendimento e o sujeito. Podem ser encontradas ligadas a instituições de ensino, esportivas, religiosas, filantrópicas, entre outras.

O autor ainda destaca as *hortas de guerrilha*, como “espaços de cultivo que possuem uma perspectiva ativista e política, com o intuito de denunciar questões como insegurança alimentar, especulação imobiliária, desenvolvimento urbano irregular, controle de multinacionais sobre a alimentação entre outras questões relevantes” (Biazoti, 2020, pp. 38-39).

Observando a tipologia apresentada por Biazoti, podemos perceber que a AU manifesta-se em muitas dimensões, com variadas formas de produção, circulação e consumo, admitindo ora um caráter mais comercial, ora mais ligado ao autoconsumo e sustento de populações mais vulneráveis.

Tais formas, apesar de distintas, podem estar relacionadas e integradas, de maneira que seja difícil reconhecer onde uma começa e outra termina. *Não são categorias estanques e excludentes, possuindo diversas sobreposições e similaridades nas características entre elas.* No entanto, elas evidenciam a multiplicidade com que a agricultura urbana se expressa nos territórios, ao mesmo tempo que complexifica sua análise e o entendimento das práticas. (Biazoti, 2020, p. 39, grifo nosso).

No meio de tal multiplicidade, destacamos, como ponto de partida para o item que segue, a relação entre a AU e insegurança/segurança alimentares, tão significativas para refletirmos sobre a condição de vida de grande parte da população brasileira. Podemos dizer que a AU, de alguma forma, escancara o contraponto entre a produção industrial de alimentos, o consumo de produtos ultraprocessados, o escasso acesso de alimentos saudáveis – como expressões do domínio do modo de produção capitalista sobre a vida das pessoas em um nível tão básico como o da nutrição do organismo – de um lado; e a possibilidade de aceder, de outro lado, a um cotidiano baseado em alimentação de qualidade, baseada em práticas saudáveis, tanto do ponto de vista alimentar, mais especificamente, quanto em uma dimensão mais holística, considerando-se a relação entre a alimentação e a vida.

1.2 - Fome e Insegurança alimentar

Em um centro urbano, o acesso ao alimento será configurado de acordo com a renda de uma família, definindo-se assim a sua situação alimentar, que pode variar de plena segurança, passando pela insegurança alimentar, até chegarmos a um quadro crítico de fome. Em uma pequena cidade, a possibilidade de se cultivar uma horta em espaços mais amplos ainda é grande, se compararmos às metrópoles – daí a imensa importância da AU, como vimos

no item anterior, para superar essa situação. Seja como for, há uma enorme parcela da população brasileira que tem o acesso muito limitado a uma alimentação de qualidade, por consequência do tamanho da renda.

De acordo com Ott (2023), a “Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) é conceituada no Brasil como o não acesso pleno e permanente a uma alimentação adequada, predominantemente condicionada pela situação de renda” (p. 25). Se tomarmos tal definição como parâmetro, podemos pensar que a fome, por sua vez, seria o acesso muito restrito à qualquer alimentação, independentemente de sua qualidade, impactando em um curto prazo na saúde de uma pessoa.

Inicialmente, pode-se pensar com o senso comum que a fome foi um fenômeno mais predominante em tempos passados. Recuando muito no tempo, há o paradigma da grande fome, que assolou a Europa na Baixa Idade Média, entre 1315-1317. Talvez esta noção repouse em outro senso comum, o de que o progresso científico e tecnológico acarreta uma evolução sempre positiva para o bem-estar da humanidade. No entanto, para o trabalho que vamos compondo, importa pensar os fenômenos a partir da predominância do modo de produção capitalista e seu estabelecimento hegemônico, processo que evolui fortemente a partir da última Revolução Industrial e que se estabelece, ao longo do século XX, com a mundialização da economia através da transformação do capital industrial em capital financeiro. Processo que se desenrola através de muitas contradições.

Pretendemos aqui refletir tanto sobre a fome quanto sobre a insegurança alimentar, considerando inicialmente formulações mais clássicas, e em seguida observando tais temas na atualidade.

Josué de Castro, em seu livro referência, “Geografia da fome”, publicado em 1946, comenta sobre uma espécie de interdito sobre a fome, assunto que começou a ser debatido com mais importância após a Segunda Guerra.

(...) se fizermos um estudo comparativo da fome com as outras grandes calamidades que costumam assolar o mundo – a guerra e as pestes ou epidemias, – verificaremos, mais uma vez, que a menos debatida, a menos conhecida em suas causas e efeitos, é exatamente a fome. Para cada mil publicações referentes aos

problemas da guerra, pode-se contar com um trabalho acerca da fome (Castro, 1957 [1946], p. 20)

O autor comenta que o silêncio acerca do tema surge de uma dificuldade de ordem moral e cultural, uma vez que a fome parte de um instinto primário de nutrição – instinto este que, impedido de ser satisfeito, afronta a racionalidade em que se baseia a sociedade moderna ocidental. Seria uma espécie de tabu.

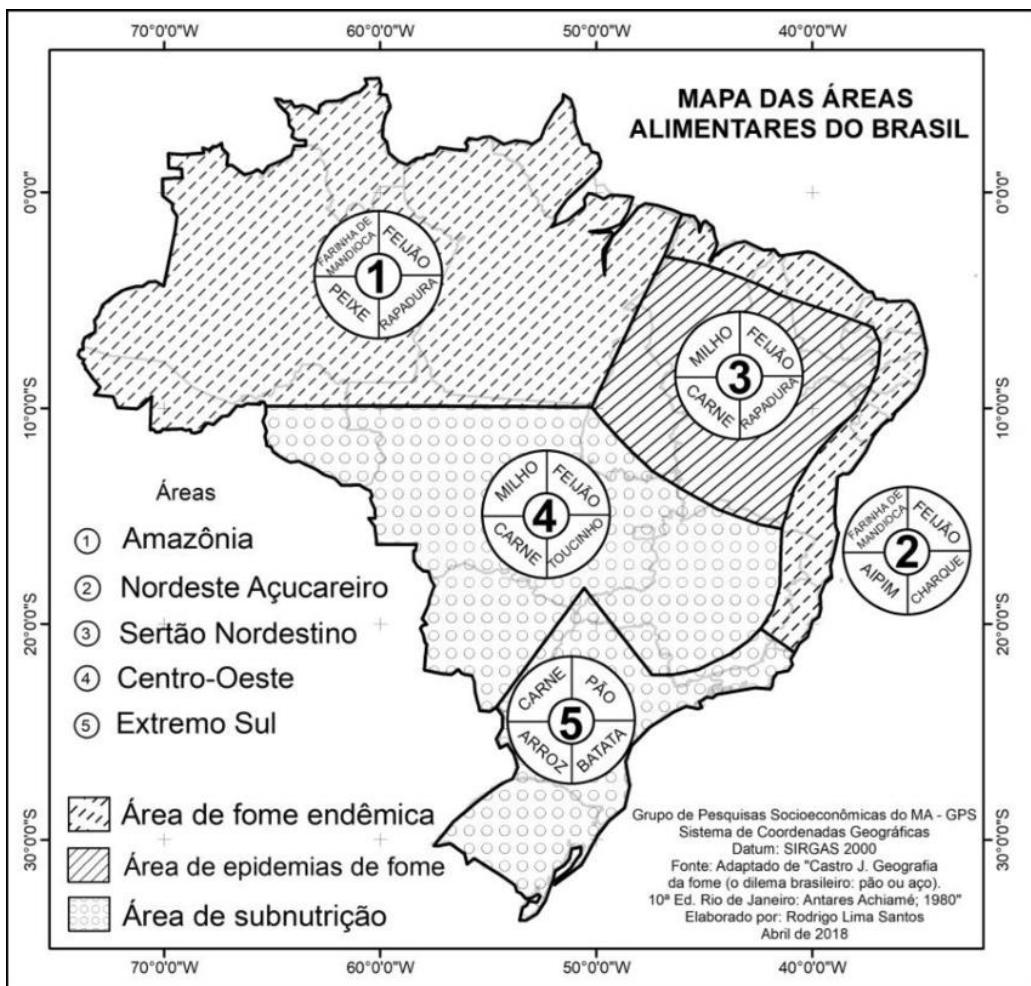
Quanto à fome, foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma tremenda revolução social – a revolução russa – na qual pereceram dezessete milhões de criaturas, dos quais doze milhões de fome, para que a civilização ocidental acordasse do seu cômodo sonho e se apercebesse de que a fome é uma realidade demasiado gritante e extensa, para ser tapada com uma peneira aos olhos do mundo (Castro, 1957 [1946], p. 21)

Além de abordar o tema da fome, Castro destaca a chamada fome parcial, que aponta para a definição de insegurança alimentar, apresentada por Ott e colocada acima.

O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva – da fome atingindo endêmica e epidemicamente as grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de 'starvation', fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, sem seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. (CASTRO, 1957, pp. 26-27)

A partir de sua pesquisa, Castro formulou um Mapa das Áreas Alimentares do Brasil, mostrando as zonas com fome endêmica, aquela que teria uma presença mais contínua no tempo; de fome epidêmica, aquela que se apresentaria de forma mais pontual, no momento histórico tratado; além de áreas de subnutrição. O mapa também traz, para cada região delimitada, os insumos que compõem suas bases alimentares.

Mapa 1



Fonte: Castro, 1961 [1946]

O mapa, ainda que se constitua como uma “foto” de um momento histórico, traduz também o processo de formação socioespacial brasileira e seu desenvolvimento desigual e combinado. O litoral nordestino, antiga zona da mata, designado por Castro como Nordeste Açucareiro, que contém o Espírito Santo, bem como a extensa região nomeada como Amazônia, são as duas áreas identificadas como áreas de fome endêmica. Já o Sertão Nordestino é considerado com área de fome epidêmica, provavelmente por conta dos períodos de seca mais severa, proporcionando à região momentos agudos de escassez. Já a região denominada como Centro Oeste, que abarca a maioria do estado de Minas Gerais, bem como o Extremo Sul, onde estão localizados, além dos estados da região Sul da regionalização oficial do IBGE, bem como São Paulo e Rio de Janeiro, são as áreas onde Castro identifica a predominância da subnutrição.

De qualquer forma, tanto a fome como a insegurança alimentar sempre estiveram presentes, como resultados do próprio desenvolvimento tecnológico aplicado à agricultura. “A fome também é uma questão que se soma à crítica do atual modelo agroalimentar hegemônico, uma vez que não somente permanece como questão historicamente não resolvida, mas também porque existem diversos fatores que contribuem para sua perpetuação.” (Camargo, 2023, p. 44).

Camargo (2023) ressalta que fatores de ordem natural mais pontuais certamente impactam na produção de alimentos, como secas, geadas e inundações, em grande medida acentuados pelas mudanças climáticas, que por sua vez têm sua aceleração determinada pelas atividades humanas.

O desenvolvimento científico e tecnológico aplicados à agricultura mudaram seu caráter produtivo, em escala mundial. Sua mecanização, bem como a inserção de insumos, fertilizantes, herbicidas e agrotóxicos, associados à expansão e financeirização do capital, globalizando a economia, mundializaram os sistemas agroalimentares. Todo este panteão de inovações foi propagado como ideologia que prometia resolver justamente o problema da fome, seja parcial ou completa, corporificado como preocupação mundial, através dos processos descritos por Castro (1946). No entanto, ao longo da segunda metade do século XX, tais problemas não foram superados, muito antes ao contrário.

Também conhecida como Revolução Verde, seus proponentes difundiam a visão de que o progresso e o desenvolvimento determinariam fatalmente a substituição das variedades locais pelas melhoradas. Afirmavam também que a integração econômica e tecnológica dos sistemas agrícolas tradicionais ao sistema global permitiria o aumento da produção, da renda e do bem-estar. O que eles não revelavam é que isso beneficiaria somente alguns produtores e que, simultaneamente, haveria também uma série de impactos negativos. (Camargo, 2023, p. 45)

A mecanização da agricultura acarretou ainda no êxodo de populações rurais, empurradas para as grandes cidades em busca de emprego. Processo que andou em paralelo à urbanização, que se tornou intensa e veloz no período.

Na zona de influência das metrópoles econômicas do Terceiro Mundo (...) O desnível dos salários entre o campo e a cidade alimenta o êxodo. Assim, pode-se falar de transferência da pobreza do campo para a cidade.

Já estamos bem longe no tempo em que Hoselitz, escrevendo sobre a Ásia (1957, p. 48), ainda podia se espantar porque a urbanização não trazia consigo a abolição maciça da pobreza. Pensava que, no longo prazo, o processo de urbanização seria acompanhado pela redistribuição das rendas, tanto nas cidades como no campo. Pelo contrário, nas condições atuais, a urbanização facilita o processo capitalista que agrava as desigualdades. (Santos, 2018 [1979], p. 194)

Desta forma, o crescimento da pobreza, tanto rural como urbana, é um dos resultados mais palpáveis da Revolução Verde. Neste sentido, achamos interessante como Ott (2023) retoma Castro (1946), ao mesmo tempo cutucando o célebre geógrafo, mas sem deixar de reconhecer sua conclusão que reconhece a fome como um resultado da ação política.

Uma das maiores mazelas da pobreza é a fome. Caracterizada de modo simplório como a privação quantitativa de alimentos, a fome, para Josué de Castro (1948), referência internacional no tema, trata-se de um problema político injustificável considerando a ampla extensão territorial e potência de produção agrícola brasileira. Até meados dos anos 90, a fome era entendida pelo governo como um problema de abastecimento e distribuição, entretanto, o combate a ela é um direito social garantido na constituição. (Ott, 2023, 24)

Apenas a ação política poderia, assim, contrapor algum freio às determinações econômicas. Neste sentido, tal dinâmica pode ser ilustrada pela história recente dos governos.

A partir dos anos 2000, com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva em 2003 o enfrentamento da fome se tornou prioridade, ao contrário do que ocorria antes (...) Muitos avanços foram feitos para conter a fome das famílias brasileiras, entretanto, em 2021, por questões relacionadas a pandemia e o desmonte sem limites promovido pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o país retornou ao mapa da fome da Organização das Nações Unidas – ONU, com 19 milhões de pessoas passando fome e 119 milhões em insegurança alimentar. (Ott, 2023, 25)

Como o próprio Castro comentou há oitenta anos atrás, uma epidemia, como a da Covid, aliada à (falta de) ação política, impactaram num acelerado processo de recrudescimento da fome no país.

No Brasil contemporâneo, a fome também é uma questão latente. Os dados do II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II VigiSan) publicado no ano de 2022 revelam que 33,1 milhões de brasileiros passam fome atualmente. A pesquisa também aponta que as desigualdades sociais são transpostas às desigualdades no acesso a alimentos e, por isso, mulheres, pessoas negras e pobres são as que mais sofrem com esta questão. São essas pessoas, majoritariamente, que são vítimas de violações constantes no que diz respeito ao direito humano à alimentação adequada. (Camargo, 2023, p. 47)

Considerando-se os números apresentados, podemos notar que a fome e a segurança alimentar são fenômenos muito presentes no tempo contemporâneo. Milhões de pessoas se encontram nessas situações, a despeito do Brasil ser uma potência na produção de alimentos, como notou Castro lá atrás. O grande problema, podemos concluir, é o modelo agroexportador adotado, que utiliza o território brasileiro para produção de *commodities*, como consequência da Revolução Verde. Desta forma, torna-se extremamente importante refletirmos sobre as alternativas para produção de alimentos voltados para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

A alimentação é um tema que interessa aqueles que procuram conhecer a realidade brasileira. E não se pode ignorar que estudar a alimentação no Brasil é também o exercício de incluir em sua compreensão o seu outro: a fome. Por ser um dos elementos centrais da reprodução social (inclusive a reprodução biológica), a alimentação é um meio privilegiado para explicitar as condições de vida existentes em uma sociedade e para problematizar as relações sociais que permitem sua reprodução. (Ribeiro Jr. *et al*, 2021, p. 6)

Lançado recentemente, em 2021, o “Atlas das Situações Alimentares no Brasil”, confeccionado por Ribeiro Jr. *et al*, é um retrato atual da situação alimentar do Brasil. O atlas está dividido em duas partes; na primeira, são apresentados diversos mapas que mostram, em escala nacional, a aquisição

domiciliar dos diversos cultivares que compõem a base alimentar brasileira, individualmente: arroz, feijão, hortaliças folhosas, hortaliças frutosas, frutas, farinhas e féculas, massas, panificados, carne bovina, carne suína, pescados, aves, ovos, laticínios, açúcares e produtos para confeitoraria, refrigerantes, alimentos preparados e misturas industriais.

A segunda parte traz reflexões de ordem teórico-metodológica para mensuração da fome, onde os autores definem uma escala de interpretação das situações alimentares: o primeiro nível é “sem fome e risco de fome (segurança alimentar)”; em seguida três níveis de insegurança alimentar: “risco de fome (insegurança alimentar leve)”; “fome (insegurança alimentar moderada)” e “fome (insegurança alimentar grave)”.

Há ainda nesta segunda parte considerações sobre a evolução da fome e do risco de fome no Brasil contemporâneo, ilustradas por gráficos e mapas. Aqui temos um panorama muito interessante, que nos permite contrastar o retrato clássico formulado por Josué de Castro com o cenário atual. Verificamos que tanto a fome quanto a insegurança alimentar estão ainda muito presentes nos domicílios brasileiros, inclusive através de um detalhamento bem maior, a partir da escala de interpretação proposta pelos autores. De maneira geral, Ribeiro Jr. *et al* apresentam dois grandes movimentos da situação alimentar no país, neste início de século.

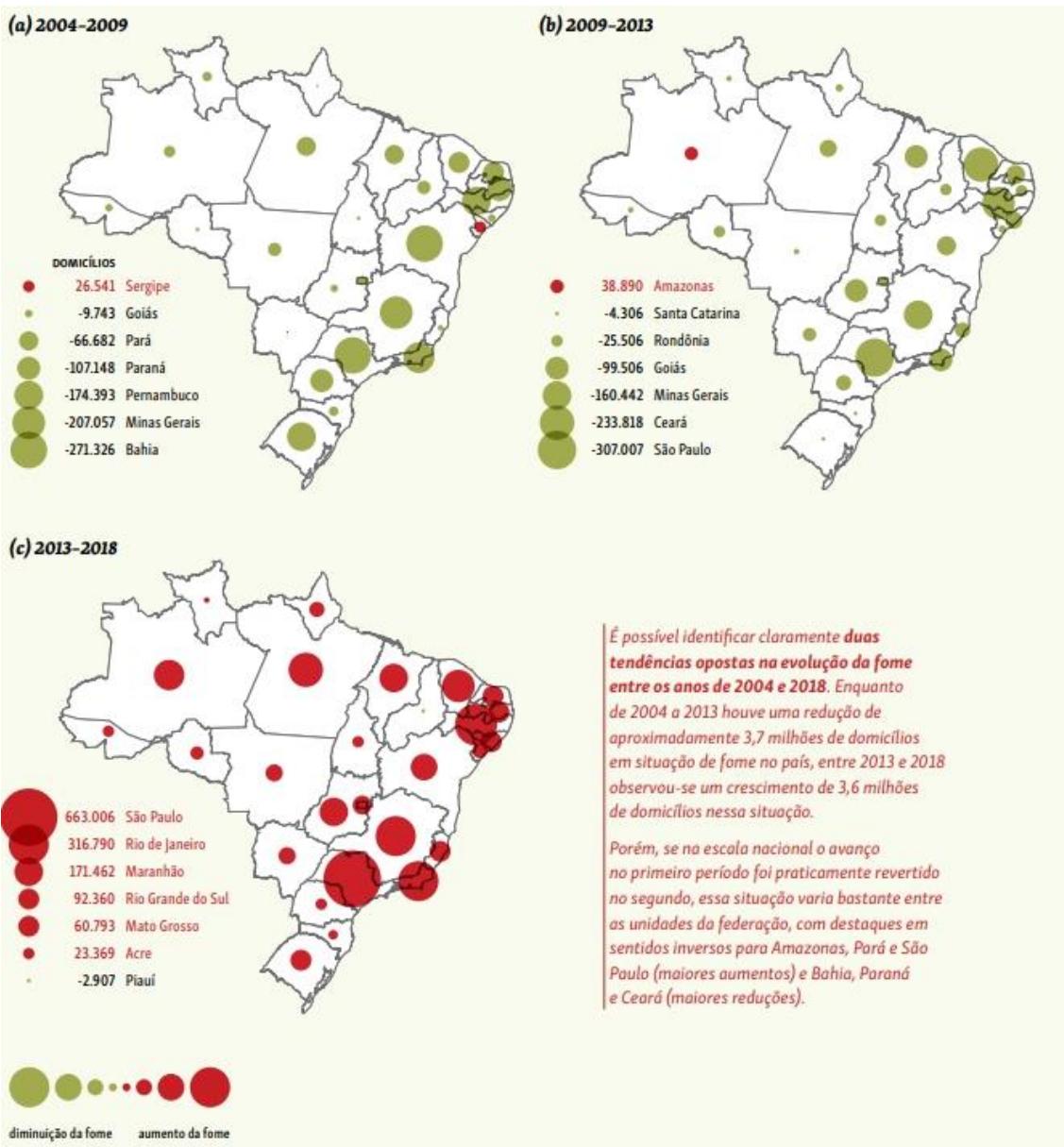
A análise dos dados referentes à quantidade e à proporção de domicílios brasileiros em situação de fome e de risco de fome permite identificar duas tendências opostas entre 2004 e 2018: até 2013, houve redução tanto da quantidade quanto da proporção de domicílios em situação de fome e de risco de fome no Brasil, ao passo que no período seguinte, entre 2013 e 2018, essa tendência se inverteu, havendo aumento da quantidade e da proporção de domicílios em ambas essas situações. (Ribeiro Jr. *et al*, 2021, p. 88)

Se tomarmos o estado de São Paulo como exemplo, nos aproximando da especificidade deste trabalho, percebemos este movimento de inversão da tendência identificada. Entre 2004-2009, ainda que não apareça na legenda, verificamos que a diminuição da fome ou risco de fome em São Paulo foi uma

das maiores, se compararmos o tamanho do círculo deste estado com a Bahia (estado com a maior diminuição) é visível. No segundo período considerado, entre 2009-2013, São Paulo é o estado com maior diminuição, na ordem de 300.000 domicílios a menos. Quando a tendência se inverte, no período seguinte (2013-2018), São Paulo aparece como o estado em que houve maior aumento dos domicílios com fome ou insegurança alimentar: 663.006 incluídos nessas situações. No acumulado de todos os períodos, São Paulo ocupa a terceira colocação, com aumento total de 86.320 domicílios, atrás apenas do Amazonas e do Pará – dois estados que no mapa de Castro (1946) figuravam em área de situação de fome endêmica.

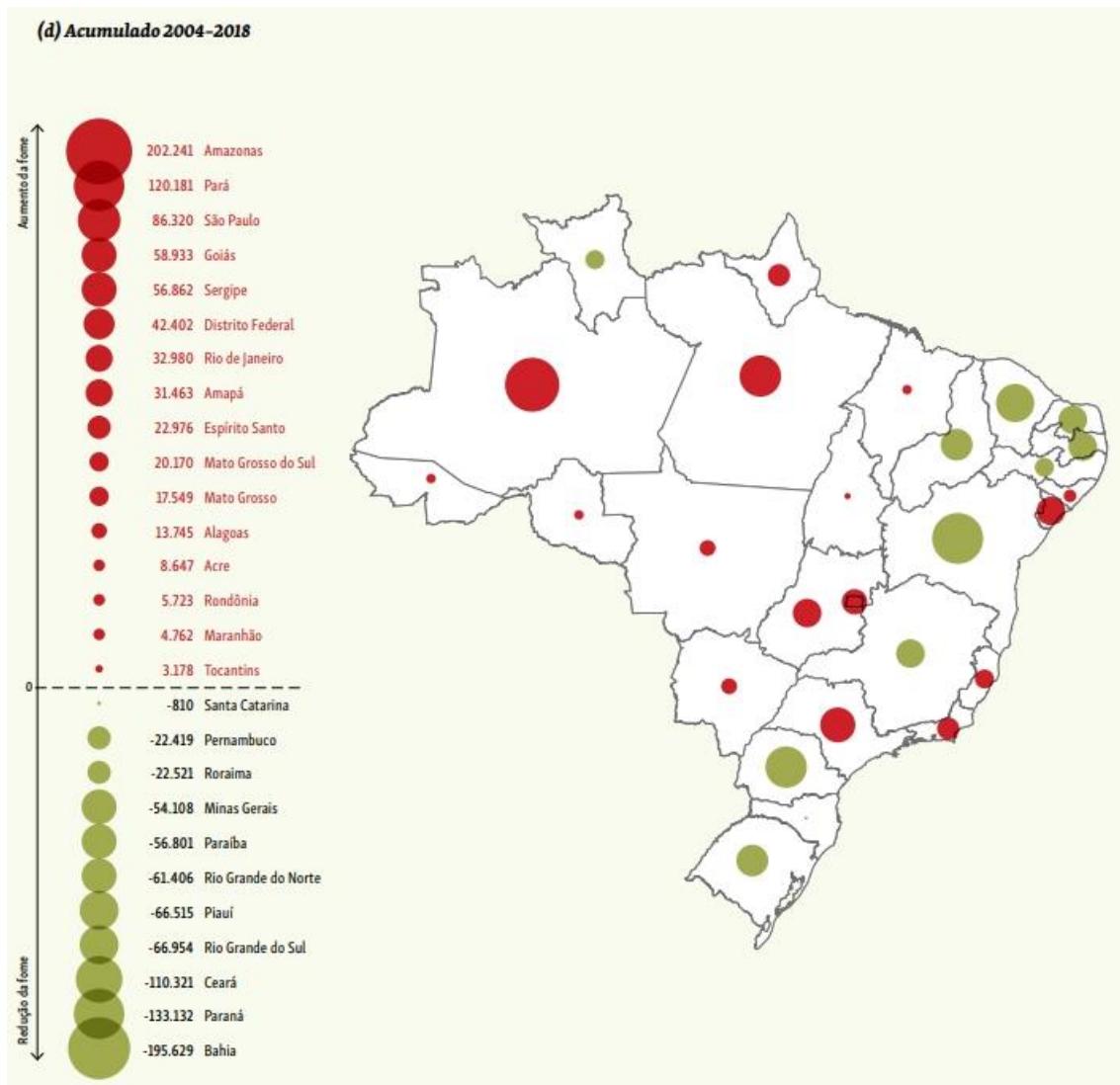
Ainda comparando com o mapa de Castro, é interessante notar que grande parte dos estados que compõem o Sertão Nordestino, ali identificada como área de fome epidêmica, no diagnóstico do Atlas, aparecem no período acumulado ilustrando a diminuição da fome e insegurança alimentar. As exceções ficam são os estados de Sergipe e Alagoas.

Mapa 2



Fonte (Ribeiro Jr *et al*, 2021, p. 96)

Mapa 3



Fonte (Ribeiro Jr *et al*, 2021, p. 97)

Colocados lado a lado, os trabalhos de Castro (1946) e de Ribeiro Jr. *et al* (2021) nos permitem verificar que a fome e a insegurança alimentar são fenômenos persistentes na história da nação brasileira, considerando-se diferenças e semelhanças entre cada momento. O pano de fundo, a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, permanece em grande parte o mesmo, com a predominância de um setor agropecuário que privilegia o mercado externo, sendo que a mecanização da agricultura, no bojo da Revolução Verde, parece mesmo ter acentuado a lógica de uma produção de larga escala e alta produtividade, baseada em monoculturas.

Há, de fato, na atualidade, como assinalam os autores do Atlas, uma maior complexidade da base alimentar nacional, que não se restringe demasiadamente à limitações de cunho regional, dado o avanço, por exemplo, da industrialização e consequente oferta de alimentos processados e ultraprocessados, realidade distante em meados do século XX.

Os dados relativos à disponibilidade domiciliar de alimentos (Parte I) explicitam a impossibilidade de identificarmos tipos regionais de alimentação que configurem diferentes áreas alimentares brasileiras. Isso não significa a inexistência de diferenças regionais, mas é inegável que neste período a disponibilidade de alimentos se tornou mais complexa e que alguns alimentos se tornaram a base da dieta cotidiana de parte expressiva da população em todo o país. (Ribeiro Jr. et al, 2021, p. 101)

Mesmo havendo esta maior complexidade, podemos concluir com os autores que a desigualdade nas situações alimentares, em escala nacional, continua sendo uma marca do processo. No mapa de Josué de Castro é possível visualizar uma certa macro divisão no território brasileiro; um corte que separa uma porção norte, mais vulnerável do ponto de vista alimentar, e uma porção sul, onde predomina uma situação menos grave. Os autores do Atlas chegam a um resultado similar, considerando-se a mesma escala, como é notável no mapa abaixo.

Quanto à presença de fome e risco de fome no Brasil, os dados permitem traçar uma linha que divide o território nacional em uma porção mais ao norte, na qual os índices desses fenômenos são mais elevados, e uma porção que poderíamos chamar de centro-sul, na qual esses índices são mais baixos. É interessante notar que essa divisão não respeita de maneira estrita a divisão regional adotada pelo IBGE. Em 2017-2018, na área que se estende do Acre até a Bahia, 30,3% dos domicílios encontravam-se em situação de risco de fome e 21,8% em situação de fome, o que significa que menos da metade (47,8%) de seus domicílios estava livre da fome e do risco de fome. Assim, é possível dizer que as áreas de fome endêmica e epidêmica identificadas por Josué de Castro permanecem sendo aquelas onde os índices de fome e risco de fome são mais intensos. (Ribeiro Jr. et al, 2021, p. 101)

Mapa 4



Fonte (Ribeiro Jr *et al*, 2021, p. 103)

Diante da persistência e atualidade do fenômeno da fome e da insegurança alimentar, percebemos como é importante desenvolver a AU nas cidades brasileiras, seja para combater de forma mais específica quadros urgentes de carência nutricional, seja para, numa dimensão holística, transformar cenários de vulnerabilidade social que reforçam desigualdades historicamente construídas.

Na prática, a agricultura urbana está desenvolvendo sua capacidade para ajudar a resolver ou enfrentar diversos desafios do desenvolvimento. Ela é estimulada por uma complexa rede de fatores ainda não muito claramente entendidos, entre os quais a pobreza urbana e a insegurança alimentar ocupam lugares preponderantes. (Mougeot, 2000, p.8)

Traçado este panorama, começamos a apontar para o problema da acessibilidade aos alimentos, uma das questões-chave com que nos deparamos no desenvolvimento deste trabalho.

1.3 - Segurança alimentar: acessibilidade aos alimentos na cidade

Em 2006, foi sancionada a Lei 11.346, que criou no Brasil o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – o SISAN – “com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada” (BRASIL, 2006).

Segundo as disposições gerais expressas no capítulo I desta lei,

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006)

Ressaltamos que, de saída, a Lei associa segurança alimentar e nutricional (SAN) à acessibilidade, à saúde e à diversidade cultural. Na sequência destas disposições, no artigo 4, é delimitada a abrangência da SAN, onde é recorrente a noção de sustentabilidade, em uma dimensão estratégica que considera a produção de estoque de alimentos, a implementação de políticas públicas relacionadas à saúde, vulnerabilidade social, assim como ao reconhecimento da multiplicidade étnica e racial brasileiras. Destacamos o inciso

I deste artigo, com redação dada pela Lei 11.839, de 2019, segundo o qual a SAN abrange:

a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição de alimentos, incluindo-se a água, bem como das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, da geração de emprego e da redistribuição da renda (BRASIL, 2006)

Partindo do disposto, refletimos que *acessibilidade* e *renda* são dois pontos que formam um arco de ação, digamos assim, configurado pela SAN. É como se a acessibilidade fosse uma questão de entrada, o próprio acesso a uma condição desejada para uma família, enquanto a renda gerada por atividades relacionadas à produção de alimentos com a AU, por exemplo, pudesse ser pensada como uma situação alcançada, o que se traduziria num aumento da acessibilidade social, mais ampla, desta família. Para Carvalho (2021),

Em grandes cidades, a SAN é viabilizada principalmente por meios monetários, diferenciando-a de localidades rurais, onde existe maior probabilidade de pessoas cultivarem seus próprios alimentos (FAO, 2016). A distribuição de alimentos depende de uma cadeia altamente complexa que inclui ampla logística para que o alimento alcance todas as áreas da cidade. Mougeot (2005) aponta que a AUP – juntamente com políticas macroeconômicas que envolvem emprego, renda, mercado e preço de alimentos – são os fatores que determinam o acesso ao alimento nas cidades (CARVALHO, 2021, pp. 68-69)

O acesso aos alimentos contribui para o fortalecimento de famílias vulneráveis, em um primeiro momento de forma intrínseca, melhorando a relação entre seus membros e entre os sujeitos que compõem a vizinhança – quadro associado ao consumo destes domicílios.

Em um segundo momento, considerando que o acesso ao alimento se realiza também com a produção, no contexto da AU, há o fortalecimento dessas

pessoas em uma dimensão social mais ampla. Valorização dos sujeitos que se traduz e se expressa na valorização dos espaços.

(...) as experiências urbanas com agricultura se dirigem à valorização de espaços limitados, onde residem populações socialmente marginalizadas, para uma produção voltada ao autoconsumo, possibilitando o aumento da disponibilidade de alimentos e a diversificação da dieta das famílias. Além disso, o exercício da agricultura urbana vem permitindo que as famílias envolvidas fortaleçam seus laços de vida comunitária, condição indispensável para a emergência de estratégias coletivas para fazer frente aos riscos de insegurança alimentar e nutricional (WEID, 2004). (AQUINO e ASSIS, 2007, p. 142)

A AU possibilita, assim, uma maior proximidade entre produção e consumo, aumentando a coesão social de populações vulneráveis, ressignificando o lugar físico e o lugar social destes sujeitos.

(...) a produção de alimentos no intra e periurbano colabora para a segurança alimentar e nutricional, especialmente quando se trata de populações carentes e vulneráveis, ou seja, atende-se à necessidade de alimentação das pessoas e aproxima-se a produção do consumidor final (NAKAMURA, 2021, p.54)

A partir dos elementos apresentados, vamos percebendo uma certa inflexão na AU, uma vez que, como vimos acima com a tipologia organizada por Biazoti, há várias manifestações da AU – algumas mais ligadas ao capital hegemônico, com utilização de fertilizantes e insumos químicos, obedecendo a uma lógica empresarial, como as fazendas urbanas; e outras que se localizam na outra “face da moeda”, com maior multiplicidade de formas: produções voltadas para o autoconsumo, o fortalecimento de laços comunitários, de autonomia econômica e social para populações marginalizadas. Como vimos também lá atrás, tais formas se encontram mais ou menos entrelaçadas.

Seguindo esta trilha, vamos chegando ao nó central deste trabalho, a AU *com base na agroecologia*. Consideraremos ser este o ponto onde irão se reunir e se realizar de maneira mais plena elementos até aqui considerados, a segurança

alimentar, a acessibilidade em suas diferentes dimensões. Neste caminho, iremos nos debruçar sobre sujeitos mais específicos, as mulheres, que trazem em si a maior carga de desigualdade social, econômica, política e espacial a ser suportada, e que, como agricultoras urbanas, são as guardiãs das possíveis transformações em direção não só à segurança, mas à soberania alimentar.

No próximo capítulo vamos ensaiar reflexões a partir da agroecologia, do ecofeminismo e da agroecologização de territórios, na perspectiva de Ott (2021), para chegarmos aos caminhos da soberania alimentar, estágio onde se realizaria de forma plena a autonomia de uma população.

Capítulo 2 – Territórios da Agroecologia

2.1 - Agricultura urbana com base na Agroecologia

Dentre as variadas concepções sobre agricultura, e as formas que esta pode assumir na prática, vamos nos debruçar a partir de agora na Agroecologia, que se configura como um campo de estudos relativamente recente, mas que resgata saberes e fazeres muitas vezes espalhados e compartilhados em tradições locais, e que se afirma como visão de mundo crítica ao modelo de produção agrícolas hegemônico.

A agroecologia pode ser definida como um campo de estudos de caráter multidisciplinar, que tem como objetivo articular o saber-fazer científico ao saber-fazer das comunidades rurais, como forma de potencializar práticas sustentáveis de agricultura. Este novo campo do conhecimento pretende viabilizar a construção de outra forma de relação dos seres humanos entre si e com a natureza, na contramão do processo de “modernização da agricultura”. (Biase, 2010, p. 15)

A agroecologia traz em si uma dimensão bastante ampla, pois considera não apenas elementos econômicos ou relacionados à produção agrícola em si. Estão presentes na abordagem agroecológica aspectos políticos, sociais e culturais. No entanto, ela não se encerra em apenas uma interpretação, já que se manifesta variada em diferentes construções teóricas, a depender dos autores que estudam o tema. Neste sentido, aproveitamos Biase (2010), autora que identifica, de certa forma, uma evolução do conceito a partir de outros três autores, para chegar à proposição do que seria uma agroecologia plena. Mas, antes de seguirmos suas formulações, começamos a localizar a agroecologia dentre as manifestações da agricultura.

Biase (2010) apresenta uma classificação que aborda tipos de agricultura, além da própria agroecologia. Em primeiro lugar, considera a *Agricultura Convencional, ou Moderna*, que representa o modelo hegemônico instaurado a

partir da Revolução Verde. São características desta agricultura a utilização de maquinários tecnológicos específicos, a chamada mecanização da produção, baseada em monoculturas e criação animal confinada, onde se aplicam larga e despreocupadamente insumos químicos, como agrotóxicos e fertilizantes, se utilizam rações padronizadas, além de serem comuns a seleção e modificação genética de plantas e sementes.

Baseada no manejo ecológico do solo e na utilização de insumos orgânicos, ao invés de industriais, há a *Agricultura Orgânica*, que “(...) surge da preocupação com os efeitos socioambientais da modernização agrícola, principalmente quanto à degradação ecológica e aos riscos da saúde humana” (Biase, 2010, p. 17).

Também como reação à agricultura convencional, surgiram as *Agriculturas Alternativas*, que são “movimentos contestatórios e de propostas diferenciadas de sistemas agrícolas (...) Dentre as agriculturas alternativas podemos citar a Agricultura Natural, Agricultura Biodinâmica, Agricultura Biológica, Agricultura Ecológica e Permacultura” (Biase, 2010, p. 17).

Se a racionalidade científica, aliada capitalismo e ao neoliberalismo, constituem o arcabouço teórico e prático da agricultura convencional/moderna, a Agroecologia seria uma concepção holística que se contrapõe a essa hegemonia, abarcando outras relações possíveis entre sociedade e natureza.

A *Agroecologia*, por sua vez, é um campo de estudos que pretende fundamentar a construção de formas sustentáveis de agricultura. Para evitar o equívoco comum de considerar a *Agroecologia* como um modelo de agricultura, uma prática ou tecnologia agrícola, podemos diferenciá-la do termo *Agricultura Agroecológica*. Portanto, a *Agroecologia* pertence a uma dimensão que extrapola – e inclui – as diversas formas de agricultura sustentável. (Biase, 2010, p. 17)

Mais que um modelo de agricultura, como afirma a autora, a agroecologia seria, assim, uma visão transformadora de mundo, onde o interesse coletivo se sobrepõe aos interesses individuais, uma vez que o lucro não é seu objetivo.

Várias são as práticas possíveis, dentro desta ampla visão. Carvalho (2021), parece ir no mesmo sentido.

No âmbito do conhecimento, a agroecologia integra o conhecimento tradicional e o científico, considerando os aspectos socioeconômicos e culturais específicos dos territórios locais. Como a agroecologia é baseada em práticas sustentáveis, envolve também a gestão ecológica dos recursos naturais e implica em formas de ação social, desde a produção até o consumidor final. É um sistema que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento agrícola e social devido a diversos benefícios que proporciona, como qualidade de vida para os agricultores, alimentos orgânicos, valorização dos trabalhadores agrícolas, rastreabilidade dos produtos e preservação do meio ambiente. É uma técnica que recusa o uso de pesticidas, insumos e produtos que matam os organismos vivos do solo, que contaminam a água e prejudicam outros seres vivos que compõem o ecossistema. Do ponto de vista epidemiológico, a agroecologia está ligada a uma filosofia de respeito ao meio ambiente e ao ser humano. Por esses motivos, quem pratica a agroecologia tem como premissa a mentalidade de considerar o coletivo e não apenas o individual. Nessa direção, é o oposto do modelo do agronegócio. (pp. 85-86)

Esta verdadeira valorização da vida embutida na proposta agroecológica também é comentada por Aquino e Assis (2007), ao citarem as ideias de Altieri, outro autor importante sobre o tema.

De acordo com Altieri (1998), na agroecologia a produção sustentável deriva do equilíbrio entre plantas, solo, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos co-existentes. O agroecossistema é produtivo e saudável quando essas condições de crescimento ricas e equilibradas prevalecem, e quando as plantas possuem ou desenvolvem, a partir do manejo, tolerância a estresses e adversidades. (Aquino e Assis, 2007, p. 138)

A conservação dos recursos naturais e da própria natureza, considerada também em si e não apenas para nós, além da justiça social, são âmbitos inerentes às concepções agroecológicas. Ott (2023) corrobora com essas afirmações.

A agroecologia carrega uma abordagem que reconhece a interdependência entre os sistemas agrícolas e os ecossistemas naturais, buscando práticas que promovam a saúde do solo, a conservação da biodiversidade e a resiliência dos agroecossistemas. Essa forma de agricultura, que visa a produção de alimentos saudáveis, a conservação dos recursos naturais e a promoção da justiça social, requer um profundo engajamento no cuidado com a terra, as plantas, os animais e as comunidades envolvidas. (Ott, 2023, p. 19)

Podemos perceber como a agroecologia se contrapõe quase radicalmente ao agronegócio, tão cultuado no senso comum e na grande mídia. A própria Revolução Verde precisou alcançar também uma dimensão holística, no processo de “convencimento” para que suas premissas fossem adotadas, gradualmente, em uma escala planetária. Até porque muitas dessas premissas são elementares ao racionalismo econômico: modernização, progresso técnico-científico, produtividade, propriedade privada, eficiência, mecanização, crescimento e desenvolvimento econômico.

As ideologias da revolução verde estiveram atreladas primeiramente à ideia de *crescimento econômico* e posteriormente, como um eufemismo desta primeira noção, a ideia de *desenvolvimento econômico*. Estas ideologias garantiram a intervenção deste novo modelo tanto nas relações de produção quanto nas relações sócio-culturais como um todo. (Biase, 2010, p. 20)

A própria natureza é vista pelo agronegócio como produto, mediado por uma relação consumista. Parte daí o desequilíbrio que permeia este modelo de produção agrícola, sua própria insustentabilidade, uma contradição mesmo que, de tão óbvia, parece sumir frente à ideia irrefreável de progresso e desenvolvimento econômicos. É curioso observar que o corolário de toda esta cultuada capacidade científica e tecnológica é uma grande incapacidade gerencial sobre os recursos naturais.

Os gargalos que limitam a exploração devastadora dos recursos naturais pelo sistema produtivo agropecuário atual (convencional) não se limitam ao clima. A erosão do solo, a compactação, a diminuição da fertilidade natural e perda do solo, ignorada a décadas pelas políticas públicas é um efeito depredatório da produção agrícola e mais um obstáculo para a manutenção do manejo vigente (...) Nesse contexto, o foco nas questões na produção de alimentos, se dá pelo caráter que torna a agricultura única como atividade econômica, o fato de que impacta diretamente todos os ativos dos quais depende, sendo esses: a natureza, o social, o humano, o físico e o capital econômico. (Ott, 2023, p. 25)

Frente a isto, a agroecologia pode ser pensada como uma verdadeira revolução filosófica e cultural, além de social e econômica, no sentido de conservação da natureza e da nossa vida, suportada por ela. Depois destas considerações mais gerais, vamos detalhar um pouco mais sobre a agroecologia, as nuances e diferenças conceituais, de acordo com alguns autores.

Biase (2010) identifica uma transformação no sentido da ampliação do conceito de agroecologia, partindo de uma formulação mais restrita até uma dimensão mais holística.

O primeiro autor citado é o agroecólogo Gliessman, para quem a agroecologia se define pela “aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (Gliessman apud Biase, 2010, pp. 17-18). Sua preocupação central foi a de unir elementos da agronomia e da ecologia, num viés mais técnico, mas como reação à modernização do campo, identificada como nociva.

Segundo Gliessman, a agronomia e a ecologia tradicionalmente investigavam campos do conhecimento bastante distintos. A primeira ocupava-se em *desenvolver a ação humana sobre a natureza*, enquanto a segunda buscava obter uma *compreensão sobre o ambiente natural*. (...) No entanto, em decorrência aos efeitos degradantes dos sistemas agrícolas modernos, fortaleceu-se um núcleo de pesquisadores preocupados em transformar este modelo e desenvolver alternativas. Sendo assim, a degradação socioambiental tanto evidenciou aos agrônomos a insustentabilidade dessa ‘agricultura moderna’,

quanto despertou nos ecólogos o interesse em pesquisas aplicadas à realidade agrícola (Biase, 2010, pp. 29-30)

A partir dessa união, Gliessman mobiliza outros dois conceitos, o de agroecossistema e o de sustentabilidade. O primeiro busca compreender o local da produção agrícola como um ecossistema. Aqui, importa destacar que “o sistema agrícola é visto como algo maior que a soma de seus cultivos individuais. O fluxo de energias, a ciclagem de nutrientes, os mecanismos reguladores de população e a estabilidade do sistema como um todo” (Biase, 2010, p. 30).

A sustentabilidade, por sua vez, é pensada a partir da diversidade dos cultivos que compõem o agroecossistema. Ao contrário do ocorre nas grandes monoculturas, é a própria diversidade que proporciona o fortalecimento do sistema como um todo e, consequentemente, uma menor dependência da interferência do ser humano. Interessante notar que, para Gliessman, esta diversidade não se traduz apenas em número de espécies, mas, antes parte da organização dos cultivos, sua distribuição espacial, funcional e temporal. A diversidade, assim, resulta na estabilidade do sistema: não a ausência de modificações, uma vez que trata-se de relações dinâmicas entre condições bióticas e abióticas, mas sim a sua robustez. Diversidade, estabilidade, sustentabilidade.

A sustentabilidade apresenta uma multiplicidade de interpretações, algumas das quais podem inclusive apontar para o modelo hegemônico (até porque este modelo necessita de alguma forma se perpetuar, apesar de suas contradições). Mas não é disso que se trata a sustentabilidade de Gliessman; para o autor, ela é “a condição de ser capaz de perpetuamente colher biomassa de um sistema” (Gliessman *apud* Biase, 2010, p. 34), sem que a capacidade de renovação do sistema se comprometa. Para que a atividade seja sustentável, o autor sublinha as seguintes características necessárias: minimização dos efeitos dos diversos tipos de poluição ao ambiente; a saúde do solo; controle da água; dependência interna dos recursos; conservação e valorização da “biota”; controle local dos recursos agrícolas e acesso igualitário aos conhecimentos, tecnologias e práticas adequados ao manejo do agroecossistema. Gliessman

aponta, ainda, a importância da sustentabilidade não só relativa à produção, mas também ao consumo.

Biase acentua, no entanto, algumas críticas à Gliessman. Para a autora, a abordagem fica restrita à dimensão ecológica, e as próprias relações humanas são pensadas por este viés, sobreposto a relações de ordem sócio-cultural, por exemplo. Suas referências teóricas são muito tributárias da ecologia. Além disso, suas formulações, preocupadas com os fatores técnicos, poderiam indicar possíveis “desvios” em direção à agricultura convencional.

Observa-se que a falta de domínio sobre a aplicação dos fundamentos da agroecologia, gera lacunas na proposta agroecológica que facilitam o seu desvio à lógica de mercado capitalista. A restrição da agroecologia aos aspectos técnicos – ecológicos e agronômicos – acaba por integrar suas experiências às relações de produção típicas do modelo agrícola hegemônico. Construem-se sistemas de produção agrícolas ecologicamente equilibrados e bastante eficientes quanto à geração de renda. A ênfase na produtividade na maximização dos lucros, que anteriormente marginalizou os espaços de produção para auto-consumo, continua se reproduzindo, mesmo que de maneira “ecologicamente correta” e “economicamente menos excludente”. (BIASE, 2010, p. 20)

O segundo autor trazido por Biase é Miguel Altieri, que amplia o conceito para dar conta da dimensão socioeconômica, apontando para um caráter multidisciplinar da agroecologia. Neste contexto, Altieri coloca-se como crítico contundente à modernização da agricultura.

Reconhecendo a construção de dependências socioeconômicas ao mercado hegemônico, característica ao atual sistemas de produção, concebe a agroecologia como uma contraestratégia de autonomia e ‘desenvolvimento econômico sustentável’ para os(as) agricultores(as) pobres. Para tanto, enfatiza a importância da geração de tecnologias apropriadas às realidades ecológicas e socioeconômicas locais e a adequação total do sistema produtivo aos princípios da sustentabilidade. (Biase, 2010, pp. 38-39)

Para Altieri, a simples substituição de técnicas e insumos não basta para confrontar o modelo tradicional. A utilização de produtos orgânicos ao invés de industrializados, por si só, não configura um enfrentamento necessário à hegemonia da agricultura moderna. Neste sentido, o autor critica agriculturas alternativas que não questionam o sistema agrícola como um todo.

Aprofundando sua crítica, Altieri (1999) alcança a dimensão filosófica onde se assenta a própria ciência moderna. Para tanto, identifica suas premissas dominantes – atomismo, mecanicismo, universalismo e monismo – e contrapõe premissas alternativas a elas – holismo, contextualismo, pluralismo.

Em uma perspectiva atomista, um sistema é considerado como a simples soma de partes não intercambiáveis; a visão holística, ao contrário, comprehende o todo não apenas como a soma das partes, que por sua vez não podem ser compreendidas sem se considerar o todo, seria uma totalidade aberta e em movimento.

O mecanicismo admite relações fixas entre as partes, sendo que o sistema se movimenta de um ponto fixo a outro, em direções reversíveis. Uma visão alternativa a esta pode, segundo Altieri, reconhecer os sistemas como mecânicos; no entanto, o sistema pode ser descontínuo, pode evoluir para outro estágio, sem reverter-se ao ponto de onde partiu; admite-se certo caos no sistema.

Ao universalismo o autor contrapõe o contextualismo. Para o primeiro os fenômenos obedecem a alguns poucos princípios universais que subjazem a todas as relações. Já para o segundo, os fenômenos seguem contingências que variam no tempo e no espaço.

O monismo, por sua vez, considera que há uma coerência na complexidade, que mantém amarradas as partes de um todo. O pluralismo, alternativo a esta premissa, admite padrões múltiplos e diversos para se conhecer uma realidade complexa, sempre mais ampla e em contínua transformação.

A partir de tais reflexões, Altieri define a agroecologia como uma

(...) disciplina científica que enfoca o estudo da agricultura sob uma perspectiva ecológica e com um marco teórico cuja finalidade é analisar os processos agrícolas de forma abrangente. O enfoque agroecológico considera os ecossistemas agrícolas como unidades fundamentais de estudo; e nestes sistemas, os ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas são investigadas e analisadas como um todo. (Altieri *apud* Biase, 2010, p. 42)

A totalidade formada pela relação desses elementos tem que atingir, idealmente, um equilíbrio ecológico, segundo Altieri, uma homeostase. Como apresentado anteriormente, este equilíbrio se define pela capacidade das plantas de suportarem as adversidades.

Outra importante dimensão que compõe o pensamento de Altieri é a tecnológica, no sentido de desenvolvimento de técnicas adequadas às realidades de cada local, apropriadas pela localidade e, de preferência, desenvolvidas pelas próprias comunidades envolvidas. “A geração de *tecnologias apropriadas* é vista pelo autor como uma estratégia de oposição à dependência dos agricultores com relação ao modelo hegemônico” (BIASE, 2010, p.45).

Este desenvolvimento relaciona-se com a busca pela autonomia dos sujeitos envolvidos, no combate às desigualdades sociais.

Ou seja, na agroecologia de Altieri as dimensões técnica e econômica dos agroecossistemas são colocadas em destaque. O manejo ecológico dos sistemas agrícolas oferece, a partir da proposta do autor, meios de viabilizar economicamente a agricultura dos pobres. (Biase, 2010, p. 48)

Ampliando ainda mais as formulações acerca da agroecologia, Biase traz um terceiro autor. Trata-se de Sevilla Guzmán, doutor em sociologia e professor da Universidade de Córdoba, na Espanha. Sua perspectiva aprofunda ainda mais a visão de Altieri, estabelecendo forte diálogo com esta. Para além dos aspectos socioeconômicos, Sevilla Guzmán está preocupado com a cultura, também a partir de uma discussão filosófica, para propor uma *agroecologia*

ampla, que “reivindica a construção de um novo paradigma científico. A visão atomística, mecanicista, universalista, objetivista e monista da ciência moderna não são capazes de dar conta da complexidade a qual se propõe refletir a agroecologia ampla” (Biase, 2010, p. 53).

Sevilla Guzmán irá pensar a agroecologia a partir de relações de produção e reprodução social, estabelecidas entre homem e natureza.

O autor considera que, nos ecossistemas naturais a capacidade de auto-conservação, auto-regulação e auto-renovação independem da ação humana. Quando tratamos, porém de ecossistemas manejados pelo ser humano, ecossistemas artificiais ou agroecossistemas, o movimento reconhecido em seu interior resulta da *construção social*, que é, por sua vez, produto da *coevolução dos seres humanos com a natureza*. Sendo assim, torna-se evidente que o produto desta coevolução ser humano-natureza está determinado pela forma de organização das sociedades humanas através de suas relações econômicas e sócio-culturais. (Biase, 2010, p. 55)

Desta maneira, importarão ao autor a variedade de grupos sociais, seguindo a multiplicidade de suas relações com o ambiente. A identidade sócio-cultural de cada grupo será a marca das práticas agroecológicas. Há que se valorizar, neste contexto, os fatores endógenos, aquilo que é intrínseco a cada grupo social e que compõe o equilíbrio de suas relações, sua sustentabilidade que, para o autor, não estabelece par com a noção de desenvolvimento. Por não estabelecer hierarquias entre as práticas de uma ou outra comunidades, um ou outro modelo, Sevilla Guzmán rejeita a ideia de um desenvolvimento, uma vez que ela aponta para um sentido evolutivo, do inferior para o superior, o que, em último caso, traria uma ideia de civilização mais avançada, um estágio a ser alcançado por toda a sociedade.

O fortalecimento da identidade sócio-cultural é considerado por Sevilla Guzmán como o ponto de partida para qualquer transformação baseada nos princípios da agroecologia. Desta forma, qualquer intervenção exógena que não esteja de acordo com as premissas endógenas do grupo, deveria ser rejeitada ou ao menos adaptadas a elas. Relacionadas a este princípio, o

autor justifica a não utilização do conceito de “desenvolvimento” atrelado à sustentabilidade. (Biase, 2010, p. 57)

Depois de tecer este fio evolutivo do conceito de agroecologia, Biase irá identificar uma complementaridade entre as concepções apresentadas, para propor o que a autora chama de *agroecologia plena*. Complementaridade que não nega as diferenças entre os autores, mas que se estabelece, através das mesmas, uma integração, baseada na própria multidisciplinaridade característica a todas as perspectivas e na aproximação da dimensão científica (que em si mesma questiona a ciência hegemônica moderna) com os saberes-fazeres realizados nas diversas práticas culturais.

Comum às três visões, Biase ressalta o conceito de sustentabilidade, mas baseado em outro conceito-chave, como destaque: a diversidade.

Percebeu-se, portanto, que a sustentabilidade construída por uma agroecologia plena, deve contemplar todas as dimensões da diversidade, oferecidas pela interdependência das três noções agroecológicas discutidas neste trabalho. Ou seja, na construção de uma agroecologia plena, deve-se conciliar a proposta de Giessman quanto aos processos agroecológicos, com a contribuição de Altieri sobre o desenvolvimento de técnicas agronômicas sustentáveis, e as ideias de Sevilla Guzmán acerca do fortalecimento das especificidades sócio-culturais e a perspectiva endógena de ação. (Biase, 2010, p. 63)

A agroecologia plena de Biase seria então a *soma extrapolante* das outras três concepções, configurando-se de forma holística, e não atomística: ela mesma uma totalidade aberta e em movimento, a partir da dialética da realidade.

Traçado este panorama, voltemo-nos a partir do próximo item para nossa especificidade, no espaço e em direção aos sujeitos que estão no centro de nosso trabalho: as mulheres agricultoras urbanas.

2.2 – Agroecologização de territórios, ética do cuidado e ecofeminismo

Diante dos debates que trouxemos até aqui, podemos refletir que as cidades são centros onde é possível observar a intensidade dos processos delineados. Nas cidades – onde as modernizações se expressam agudamente – se concentra a maior parte da população, e é onde a desigualdade social se expressa em toda a sua força. “Com efeito, a cidade é o lugar privilegiado do impacto das modernizações, já que estas não se instalam cegamente, mas nos pontos do espaço que oferecem uma rentabilidade máxima” (Santos, 2013 [1978], p. 26). Força motriz da desigualdade, se dispõe tal rentabilidade, a cidade é também produtora de pobreza. “É antes a modernização, pela forma que assume em pleno período tecnológico, que é responsável pelo desenvolvimento do subemprego e da marginalidade”. (Santos, 2013 [1978], p. 28) Lembremos o êxodo rural induzido pela industrialização, de uma forma geral, e pela modernização da agricultura. Pensem no crescimento desordenado, na macrocefalia características das metrópoles do Sul Global. O próprio espaço urbano se configura extremamente controlado, esquadrinhado, à mercê do planejamento urbano e do mercado imobiliário. Tudo isso faz com que a cidade seja um território de disputa socioespacial. A agricultura urbana, como vimos, pode ser uma frente nesta batalha, sendo que a agroecologia pode ser uma estratégia ampla para apontar transformações necessárias.

Como formulou Santos (1996), as grandes cidades são espaços luminosos, pontos onde a verticalidade das modernizações se insere. Onde há muita luz, há sombra: nas franjas periféricas, nos interstícios da “cidade oficial”, em favelas e malocas, entrelaçam-se comunidades, avoluma-se a vizinhança, e acabam por se expressar, na exclusão social, relações mais horizontais.

A agroecologia vai além de um conjunto de práticas que podem ser comuns à agricultura urbana – por exemplo, reciclagem de nutrientes e energia, melhoria da matéria orgânica e atividade biológica, diversificação das espécies de plantas, integração de culturas – e valoriza os conhecimentos tradicionais dos agricultores e comunidades locais, em relações mais horizontais (Nakamura; Ranieri, 2021, p. 16)

A agroecologia pode fornecer ferramentas para se repensar o cotidiano não só a partir da alimentação, mas ao alcançar uma revalorização política, econômica e sociocultural. Processo que se expressa no espaço.

A otimização no uso dos espaços ociosos nas cidades é urgente, e se torna ainda mais valiosa quando atua de forma social, tendo a intervenção o propósito de beneficiar a comunidade, com função de produzir alimentos dentro e nos contornos da cidade. A partir disso, introduzem-se nas políticas municipais ações de AUP: os jardins, as hortas comunitárias, os pomares, os canteiros de ervas, a compostagem, entre outros. (Ott, 2023, p. 20)

Antes de mais nada, é preciso ter em mente que a cidade moderna está organizada de acordo com uma “moral patriarcal”, noção que encontra raízes na antiga cidadania masculina grega e que nos chega hoje, através das sucessivas modernizações, carregando uma dimensão cultural persistente no mundo ocidental globalizado.

As metrópoles contemporâneas são os maiores objetos culturais jamais construídos pelo homem. Nas últimas décadas – não importa onde se situem –, elas trabalham em compasso com o ritmo do mundo, na medida em que a realidade da globalização se impõe sobre o processo secular de internacionalização. Desse modo, essas metrópoles funcionam e evoluem segundo parâmetros globais (Santos, 2019 [1990], p. 11)

Sendo assim, é possível identificar uma moral masculina atinente à organização oficial, às normas e instituições, aos direitos e deveres, homogeneizadora, no funcionamento da cidade. Em contraponto, podemos pensar que, em resistência, persiste uma moral feminina, calcada no cuidado da reprodução da vida cotidiana, como nos indica Ott (2023), ao mobilizar o pensamento de Carol Gillian.

A filósofa Carol Gillian investiga como na sociedade patriarcal vozes diferentes são formadas, valoradas, hierarquizadas e

naturalizadas. (...) Gillian entende que a perspectiva da moralidade masculina – que indica a necessidade de respeitar os direitos dos outros – e a da moralidade feminina – que ordena cuidar de forma responsável dos outros –, devem ser vistas como complementares. A noção de direito da moralidade masculina está associada a cidadania, não alcançada pelas mulheres pelo processo patriarcal que se deu a democracia. (Ott, 2023, p. 39)

Esta moral feminina estaria baseada em uma *ética do cuidado*, considerada em uma dimensão holística: cuidado com os seres vivos, com a natureza, com os espaços de vida; bem como com as necessidades urgentes e cotidianas, as dificuldades geradas pelas desigualdades sociais de renda, acesso ao emprego, acesso aos serviços básicos e toda sorte de exclusões, a que estão sujeitas populações de baixa renda.

A ética do cuidado propõe que a teoria moral feminista deve reivindicar o espaço para o feminino na sociedade, permitindo o falar de uma voz moral diferente da voz padrão, o que se faz por meio da inserção das mulheres nas mais diversas instituições sociais, incluindo aquelas nos quais os meios de ser, fazer e saber são expostos.

A ética do cuidado não deve apenas ser uma reivindicação “feminina”, mas, em uma sociedade não patriarcal, aparece como a busca para a ampliação do sentido da moralidade, almejando o cuidado coletivo e responsável nas/das relações e como transformadora do espaço social. (OTT, 2023, p. 20)

Salientamos aqui que trata-se de *vozes morais*, não estando restritas aos gêneros biológicos. Com certeza o gênero é uma marca essencial e que são as mulheres que suportam primordialmente essa carga ; no entanto, de acordo com Ott, recuperando a filósofa Carol Gillian, há uma mobilidade moral desejada entre tais vozes e gêneros, uma vez que ambos são também papéis assumidos socialmente. Dizendo de outra forma, pode haver complementaridade na oposição. Neste sentido, é necessário que a sociedade, como um todo, tome consciência dessas vozes, abrindo espaço para tal “ampliação moral”, no “cuidado coletivo”. É inclusive nesse ponto que pretendemos contribuir, ainda que minimamente, com as reflexões mobilizadas neste trabalho.

(...) ao defender a existência de uma voz moral diferente, Gillian não pretende sustentar a estrutura conceitual patriarcal, ao contrário, sugere que a voz feminina necessita ser ouvida, e que, por meio da inserção das mulheres nas mais diversas instituições sociais, torna-se cada vez mais fácil para mulheres e homens alcançarem o que ela denomina de maturidade moral. Ela defende que indivíduos são seres relacionais, nascidos dentro de um sistema de relações e, talvez, a tendência para o cuidado, empatia, cooperação e a capacidade para o entendimento seja a chave para a sobrevivência humana enquanto espécie. (Ott, 2023, p.39)

Esta visão remete diretamente à dimensão sociocultural apresentada por Sevilla Guzmán, em sua proposta agroecológica: assim, é o trabalho das mulheres que explicita a complexidade de tais relações, bem como as possibilidades de transformação do estado de coisas. Podemos pensar que o cultivo inerente à ética do cuidado, mencionada por Ott, está expresso na agricultura urbana, notadamente naquela com base na agroecologia.

A maior parte das pesquisas que relacionam mulheres e agricultura possuem foco nos territórios rurais. Entretanto, tem sido relevante a ampliação do assunto para a agricultura urbana e periurbana e, sobretudo sobre a ideia de pensar o gênero nos sistemas alimentares urbanos como um todo. Isso porque 55% da população mundial contemporânea reside nas zonas urbanas e a tendência é que até 2050, essa porcentagem alcance 70% da população (ONU, 2022). Soma-se a este fato, a informação de que existe um enorme contingente de pessoas e, principalmente mulheres que trabalham com alimentação na informalidade. (...) Aprofundar esse assunto significa olhar para a maneira como as desigualdades de gênero, raça e classe também são sobrepostas à comida, pois são moldadas por normas socioculturais e por questões de poder, política e disparidade em escala. Ainda são mulheres negras e mães de baixa renda que mais ocupam, tanto o lugar da informalidade, quanto o da insegurança alimentar grave. (...) Analisar a questão de gênero nos sistemas alimentares implica, portanto, pensar que a melhoria da segurança alimentar nos lares está associada ao acesso a renda por mulheres e o seu papel na tomada de decisões nos gastos da família (Camargo, 2023, pp. 59-60)

Para tentarmos detalhar um pouco mais o exercício moral feminino na agricultura urbana, vamos acompanhar Camargo (2023) que, a partir de uma revisão bibliográfica acerca da relação entre agroecologia e as mulheres agricultoras, identificou duas linhas principais de pensamento.

A primeira linha preocupa-se com as relações de poder estruturais presentes na sociedade – colonialismo, capitalismo, heteropatriarcado – partindo do gênero. “Essa perspectiva politiza o debate de gênero, insere a agroecologia feminista como uma alternativa ao sistema agroalimentar globalizado e capitalista e, do ponto de vista analítico, traça importantes quadros (*frameworks*) para sua análise” (Camargo, 2023, p. 66). A partir dessa visão procura-se combater a invisibilização do trabalho das mulheres, visto de forma simplória e estereotipada como não gerador de renda. As pesquisas relacionadas a essa linha apresentam um caráter mais dedutivo.

A segunda linha, por sua vez, apresentaria uma característica mais indutiva, já que parte de experiências empíricas. Está “focada nos processos dos movimentos sociais que descreve como a questão do feminismo foi se aproximando da questão agrícola e ambiental” (Camargo, 2023, p. 66). Os trabalhos reunidos por Camargo sob este viés partem de experiências de trabalho de campo, entrevistas, observação participante, produzindo, de forma geral, “uma análise conceitual interdisciplinar que mescla conceitos sociológicos, econômicos, agronômicos, ecológicos e antropológicos” (Camargo, 2023, p. 71). Podemos perceber aqui a presença de uma superposição, ou complementaridade, das propostas agroecológicas de Gliessman, Altieri e Sevilla Guzmán apresentadas por Biase, já que tocamos as dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais.

Prosseguindo de um ou outro ponto de partida, percebemos uma continuidade no debate mobilizado por estas duas linhas de investigação. Importa destacar, em nossas reflexões, que a associação entre agroecologia e o trabalho das mulheres agricultoras configura-se como um verdadeiro nó de resistência às lógicas hegemônicas, não apenas atinentes ao mercado, mas às estruturas que comandam e organizam a sociedade, o território, a vida cotidiana. Estamos diante de uma grande força homogeneizadora que opera no sentido de invisibilizar a diversidade, mas que encontra resistência nessa própria

multiplicidade constituída pelos sujeitos, pelos grupos sociais marginalizados, pelas mulheres, guardiãs de outra moral e outras práticas que se contrapõem ao heteropatriarcado capitalista.

De forma mais específica, estamos diante de um agronegócio agressor, nocivo à terra e às pessoas, ao qual outras lógicas de produção fincam pé nessa mesma terra, exercitando outras maneiras de produzir e compartilhar alimentos, segurança alimentar, autonomia.

(...) os estímulos à produção agroindustrial em larga escala marginalizaram a produção familiar para o auto-consumo. Os espaços que cumpriam de forma mais direta a função auto-reguladora do sistema familiar de produção passaram a ser vistos como símbolo de atraso e de pobreza. A “fartura” ou, em sua versão atualizada, a “segurança alimentar” foi gradativamente substituída pela “geração de renda”, “agregação de valor” ou busca por “melhores rendimentos”.

Assim, acredita-se que a homogeneização decorrente do processo de modernização da agricultura abrange os aspectos sócio-culturais e fortalece discriminações étnicas e de gênero. Ao que parece, o estímulo da produção ao mercado e desvalorização dos princípios da autonomia e diversidade, exclui não só as práticas agrícolas destinadas ao auto-consumo como também o trabalho das mulheres. (Biase, 2010, p. 22)

No entanto, como nos traz Camargo (2023),

Embora sejam invisibilizadas, as mulheres representam quase metade da força de trabalho na agricultura. Elas desempenham papel fundamental na garantia da segurança alimentar de suas famílias, na diversidade alimentícia das dietas e, portanto, na saúde (FAO, 2019). Estimativas mas antigas da FAO afirmam que as mulheres são responsáveis pela produção de 60 a 80% dos alimentos nos países do Sul Global (FAO, 1996). (p. 58)

É necessário superar, então, essa assimetria presente na sociedade, que busca desvalorizar o trabalho *fundamental* das mulheres na *manutenção da vida*, para além de sua geração. Neste sentido, faz-se urgente ouvir o que nos diz a voz moral feminina, sua ética do cuidado, para chegarmos a um

ecofeminismo capaz de sustentar uma transformação no estado de coisas em que nos encontramos. “A superação dessa dicotomia, assim como a separação entre homem/mulher, razão/emoção (...) são um dos objetivos da teoria ecofeminista” (Ott, 2023, p. 40).

A ética do cuidado, ao dar espaço aos sentimentos morais, tais como, amor, entendimento mútuo, empatia, entre outros, não é uma abordagem feminina, mas uma abordagem feminista da ética, que visa a transformação da própria sociedade patriarcal. Todos os indivíduos podem ser educados para o exercício do cuidado durante suas vidas, mas, para isso, é preciso, quase que paralelamente, a construção de uma sociedade não assentada no paradigma patriarcal. (Ott, 2023, p. 40)

Mais uma vez podemos observar como é profunda a transformação inerente à visão agroecológica. O questionamento levantado possui, assim, uma radicalidade fundamental, a ser exercida no enfrentamento cotidiano, desde as pequenas ações até um projeto mais amplo a ser buscado.

Cuidar de uma semente crioula, compartilhando-a; preparar um pequeno espaço de terra, seja num vaso, em uma varanda ou laje, para plantio de uma hortaliça; fazer um pequeno roçado de mandioca ou feijão andu, em um terreno cedido precariamente; construir uma rotina própria, em sintonia com seu cultivo, realizando um trabalho quase ancestral e, porque não, futurista; oferecer uma erva medicinal à vizinha, para combater um mal do estômago; ensinar aos filhos e filhas o valor de uma pequena muda; acolher os animais; tudo isso são pequenos exemplos imensos do exercício ecofeminista em sua abordagem feminista da ética, em grande parte praticados naturalmente pelas mulheres agricultoras e por todos aqueles que se dispuserem a despir-se, ainda que minimamente, do patriarcado capitalista que nos envolve.

Ott (2023) descreve, a partir desta dimensão holística, tendo o trabalho das mulheres agricultoras como ferramenta, um processo que seria veículo de práticas como estas, que ela chama de agroecologização de territórios. “Agroecologizar um território é também o transformar culturalmente,

ressignificando as relações da comunidade com os espaços que as cercam" (p. 158).

Processo que encontraria no trabalho dessas agricultoras um lugar privilegiado, não restrito apenas às mulheres, mas coordenado por elas, com a voz moral feminina articulando-se mais intensamente e em escalas cada vez maiores.

Processo que teria nas hortas urbanas, em seus canteiros sob linhões de energia, nos terrenos baldios ou cedidos, nos quintais produtivos, em vasos e jardineiras os seus lugares de amadurecimento, e também de irradiação, para colocar-se na esfera pública como centro de preocupações ecológicas e socioambientais.

"Ecologização" marca a literatura científica pelas primeiras vezes no início dos anos 80, como referência à introdução dos critérios ecológicos na prática agrícola, em um momento no qual as preocupações insurgentes eram no sentido de reduzir o aporte de agrotóxicos (SILVA, 2014). Etimologicamente a palavra provém do alemão *oekologisierung* e tem intenção de demonstrar as preocupações ambientais com relação às políticas públicas. (KNOEPFEL; LARRUE; ZIMMERMANN, 1987; apud CASTRO, 2009) Assumindo essa perspectiva e englobando-a para um sistema de produção de alimentos, adequa-se o termo para agroecologização, ou, transição agroecológica. (Ott, 2023, p. 27)

Agroecologizar um território, refletimos juntamente com a autora, seria, em uma dimensão mais ampla, disputá-lo com as forças que o controlam. Uma disputa a ser travada tanto no cotidiano, quanto através de normas e instituições, já que trata-se de um embate sobre o elemento que sustenta a vida, o próprio alimento, a maneira de produzi-lo, ressignificando a relação sociedade e natureza, ao se revalorizar como valor de uso, e não de troca, o meio ambiente. "Percebe-se, a partir dessa noção de valorização de outros conhecimentos e a ligação da agroecologia com movimentos de lutas sociais, que ela é mais do que apenas uma técnica de cultivo e pode ser encarada como um projeto de sociedade" (Ott, 2023, p. 27).

No embate territorial, estamos diante de uma espécie de "guerrilha urbana", simbólica mas muito concreta, onde estão em jogo a cultura e a

economia, o próprio modelo de sociedade e o meio ambiente. A cidade poderia, ainda, ser um centro multiplicador dessa agroecologização, irradiando-a pelo território.

2.3 – Soberania alimentar

A agricultura urbana, com base na agroecologia, através desse processo de agroecologização de territórios, ou transição agroecológica, pode traçar um caminho para atingirmos a soberania alimentar de grupos sociais excluídos socialmente, além de ter o potencial de configurar-se como alternativa para a sociedade como um todo.

Tradicionalmente, o trabalho relacionado à casa e ao cuidado com a família nunca foi visto como gerador de renda, estando assim sempre desvalorizado em relação ao trabalho tido como produtivo, da esfera pública, quando não totalmente apagado na percepção social tanto do “bom senso” quanto do senso comum. Esta visão deformada sobre a realidade faz com que a própria interpretação dos índices econômicos parta de um certo equívoco. “Além das desigualdades geradas na esfera pública, a visão de que o trabalho doméstico não remunerado é um não trabalho gera uma série de dificuldades para a compreensão de indicadores econômicos” (Camargo, 2023, p. 69).

O trabalho doméstico influencia na quantidade e qualidade do trabalho remunerado e está relacionado com as capacidades adquiridas por cada membro das famílias. Por outro lado, segundo Rodríguez (2010), o trabalho do cuidado também influencia na quantidade de horas disponíveis para o trabalho na produção. Sabe-se que para parte das mulheres, este só é possível com as horas restantes do tempo gasto na responsabilidade com a reprodução. Dito de outra maneira, o trabalho da reprodução está, intrinsecamente, incorporado no espaço da economia, uma vez que o trabalho produtivo depende da reprodução para manter-se em funcionamento. (Moura & Moreno *apud* Camargo, 2023, p. 69)

Desta forma, o trabalho doméstico por si só pode ser considerado como gerador de renda, ainda que não diretamente monetária – caráter que não diminui em nada sua importância, uma vez que compõe o contexto geral de reprodução de uma família, e antes pelo contrário: por sua natureza, o trabalho doméstico está aberto a uma dimensão múltipla de relações, uma vez que extrapola uma troca simplesmente econômica e alcança a constituição cultural, social e política. *O trabalho doméstico de reprodução mantém a produção.*

A produção para autoconsumo se insere nesse contexto, com potencial transformador extremamente valioso. A conta aí é ainda mais simples de ser feita: aquilo que for produzido deixará de ser comprado no mercado, sem passar pela lógica financeira que transformou alimentos em *commodities*. É uma troca quantitativa, mas também qualitativa. Ao se produzir com base em técnicas agroecológicas, estão sendo favorecidas a saúde do indivíduo e da natureza. Além disso, como vimos acima, um território está sendo disputado, em favor da autonomia dos sujeitos.

Se pensarmos que uma horta urbana, um quintal produtivo, potencializa a reprodução da vida cotidiana a ponto de poder gerar excedentes para serem comercializados, então teremos uma espécie de ciclo virtuoso configurado, onde *a produção mantém e melhora a reprodução.*

(...) desses quintais muitas vezes vêm os alimentos consumidos pela família e o excedente comercializado, o que pode ser visto como trabalho produtivo, tornando ainda mais entrelaçadas as nuances dessas relações. (...) os quintais são um espaço estratégico para a transição agroecológica, seja para a produção de alimentos garantindo a segurança alimentar das famílias, seja para a experimentação e a geração de renda não monetária. (Camargo, 2023, pp. 69-70)

Esses quintais produtivos, essas hortas urbanas, além de garantirem o sustento e a segurança alimentar, se transformam em verdadeiros espaços de soberania alimentar. De acordo com a FAO, a soberania alimentar é o

derecho de los pueblos a definir sus propias políticas y estrategias sustentables de producción, distribución y consumo de alimentos que garanticen el derecho a la alimentación para toda la población, con base en la pequeña y mediana producción, respetando sus propias culturas y la diversidad de los modos campesinos, pesqueros e indígenas de producción agropecuaria, de comercialización y de gestión de los espacios rurales, *en los cuales la mujer desempeña un papel fundamental* (Conclusiones del Foro Mundial sobre Soberanía Alimentaria. La Habana, Cuba, Septiembre 2001, grifo nosso)

Seria este um estágio alcançado também através da agroecologização de território. As estratégias e políticas devem ser definidas e defendidas a partir das forças endógenas, como vimos na perspectiva de Sevilla Guzmán. Os vetores da modernização deveriam ser adaptados pelas lógicas locais. A soberania alimentar extrapola, assim, um modelo agrícola propriamente dito, mas aponta para uma decisão estratégica de caráter popular, se erguendo contra a *tirania alimentar*, observada por Stédile e Carvalho (2011), como nos apresenta Ott (2023, p. 27):

Assim, tanto a soberania alimentar como a agroecologia, imbricadas e articuladas, destacam a necessidade de um sistema alimentar democrático, que envolva a participação tanto dos cidadãos quanto dos produtores. Esse ideal representa uma ruptura com a organização dos mercados agrícolas imposta por corporações transnacionais e governos neoliberais, cujas orientações políticas já violaram as normas protecionistas para a agricultura familiar, implementadas por alguns governos nacionalistas e populares. (...) Os obstáculos para a construção da soberania alimentar e agroecologização, perpassam, para Stedile e Carvalho (2011) a luta contra a *tirania sobre a dieta alimentar*. Para os autores, essa tirania é determinada por fatores como: a artificialização da agricultura pelo uso crescente de agrotóxicos, a agroindustrialização dos alimentos, a padronização mundial dos hábitos alimentares da população e manipulação industrial para fornecer alimentos com sabores, odores e aparência semelhantes aos naturais" (OTT, 2023, p. 27)

Fica bastante evidente, mais uma vez, e tendo em vista os debates que vimos até aqui acompanhando, a importância da AU com base agroecológica, não apenas quanto trabalho e prática, mas também como construção de um saber a ser compartilhado; um saber que recupera em grande medida

conhecimentos de comunidades tradicionais rurais; de povos originários; construídos ao longo de séculos a partir da vinda de populações para o Brasil sequestradas e escravizadas; enfim, todo um arcabouço de saberes-fazeres desenvolvidos no contato com a natureza, hoje guardado em grande medida pelas mulheres.

(...) as experiências com mulheres trouxeram como aprendizado uma compreensão da relação entre a vida cotidiana, visões de mundo e resistência que invertem uma possível interpretação victimista ou com ênfase apenas na falta de poder, de igualdade ou opressão. Esse aprendizado nos instiga a pensar sobre a capacidade de ressignificação da política, do público, do privado e das práticas sociais. A relação entre discurso político, práticas cotidianas, lógica do cuidado e concepções éticas é um dos aspectos mais interessantes na constituição de uma “epistemologia engajada” e forjada no mundo da vida, por meio de experiências de interdependência e sustentabilidade que reforcem as propostas éticas e políticas. (Camargo, 2023, p.73)

Nas relações de poder que configuram o território, a agroecologia é uma força que traz o germe da transformação. A soberania alimentar e a sustentabilidade dos agroecossistemas pode ser o resultado do trabalho coordenado pelas mulheres agricultoras.

A agroecologia se apresenta como uma alternativa nesse cenário e busca a justiça social, a saúde ambiental e a soberania alimentar, reconhecendo a interconexão entre a agricultura, a natureza e as relações de poder (...) A agroecologia oferece a oportunidade de transformar essas relações, promovendo a participação equitativa das mulheres no processo produtivo, valorizando seu trabalho e contribuição, e fortalecendo a segurança e soberania alimentar e a sustentabilidade dos sistemas agrícolas (Ott, 2023, pp. 155-156)

Nestes dois primeiros capítulos, fizemos um esforço teórico para compreender como a agroecologia pode transformar a sociedade. Para tanto, foi nossa tentativa acompanhar alguns debates sobre processos históricos – como a modernização da agricultura, no contexto da Revolução Verde – e sobre processos extremamente atuais, no campo da AU, mobilizando interpretações

sobre o fenômenos como a fome, a insegurança/segurança alimentar, até chegarmos a propostas para se alcançar a soberania alimentar através da agroecologização de territórios.

No próximo capítulo, iremos trazer o que a realidade nos trouxe como confirmação ou não do que projetamos, a partir do trabalho de campo realizado no Bairro de Jova Rural, no subdistrito de Jaçanã, na cidade de São Paulo, nas hortas de duas irmãs, Dona Maria e Dona Margarida.

Capítulo 3 – Maria e Margarida: caso concreto em Jova Rural

3.1 - AU no município de São Paulo: Sampa + rural

Como vimos anteriormente, a AU apresenta-se de muitas maneiras, com uma tipologia variada, a depender do modelo de cultivo, das estruturas utilizadas, da localização e integração com o mercado urbano, de uma maior ou menor intensidade de capital, dos objetivos da produção, dentre outros elementos.

Em novembro de 2022, a prefeitura apresentou o Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, para unir todas as ações do município em relação ao setor. Segundo a prefeitura, este documento “indica ações de inclusão econômica e incentivo para o crescimento de atividades agroecológicas no município, para melhorar as condições de trabalho de agricultores familiares urbanos e rurais da cidade.” (São Paulo, 2022).

Na mesma ocasião foi lançado o Programa Sampa + Rural, desenvolvido a partir do Projeto Ligue os Pontos, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, com o objetivo de “fortalecer e expandir a agricultura no município” (São Paulo, 2022), através do fomento à assistência técnica e extensão rural. Dentre as estratégias do programa, definiu-se também a inserção de beneficiários no Programa Operação Trabalho (POT).

Para dar visibilidade ao programa, foi criada uma plataforma (<https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br>), com mapas interativos e diversos dados e informações relativos a quatro grandes campos: agricultura (referente à produção propriamente dita); mercados (locais de comercialização); turismo e vivência rural e iniciativas e políticas públicas.

É interessante observar, navegando pelo mapa do site, a presença renovada das zonas rurais no município de São Paulo. Extintas em 2002, elas foram recriadas no Plano Diretor de 2014. Estão presentes na Zona Sul, na Zona Leste e na Zona Norte.

Ao passearmos pelo site¹, conseguimos ter acesso a alguns números bastante ilustrativos: em São Paulo existem, atualmente, 797 UPA's (unidades de produção agropecuária), sendo 611 no sul, 131 no leste e 39 no norte do município; 185 unidades de produção agropecuária com contato; 191 hortas urbanas e 1646 hortas em equipamentos públicos. Há um mapa interativo onde podemos facilmente visualizar como estão distribuídas todas essas unidades.

Quase um terço das UPA's constam como chefiadas por mulheres; 70% são caracterizadas pela agricultura familiar – com propriedades de até 20 hectares – dentre as quais 10% possuem o DAP (documento que formaliza a agricultura familiar). O perfil etário está disposto da seguinte forma: em 6% das UPA's os responsáveis possuem entre 18 e 35 anos; em 47% de 36 a 60 anos e em 46% acima dos 60 anos.

As principais culturas produzidas são o grupo formado por verduras, legumes e raízes (34%), seguidas de frutas (33%), plantas ornamentais (21%) e “outros”, como laticínios e ovos (8%).

53 unidades, apenas 7% do total, possuem o selo de produção de produtos orgânicos, enquanto 29 (4%) encontram-se em “transição agroecológica”. Percebemos que no termo, aqui, refere-se ao processo específico de obtenção do selo de produção orgânica.

Em relação ao tamanho das áreas cultivadas, 24% das UPA's possuem até 0,1 ha; 63% entre 1 e 5 ha; e 14% acima de 5 ha.

¹ <https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 08/07/2024

3.2 - Trabalho de campo, projeção e realidade

Neste trabalho, utilizamos o site Sampa + Rural para mapear possíveis locais para realizarmos nosso trabalho de campo, a fim de buscar um contato com a realidade a partir do qual foi nosso objetivo cotejá-la com as formulações teóricas, dos diversos autores presentes em nosso debate. Era nosso objetivo principal encontrar hortas chefiadas por mulheres.

Buscamos, inicialmente, escolher locais cuja proximidade geográfica com nossa residência facilitaria nosso deslocamento. Desta forma, selecionamos algumas hortas urbanas localizadas na Zona Norte de São Paulo. Após uma primeira triagem chegamos a 6 possíveis hortas: Horta Pro-Nóbis; Horta da D. Maria e Sr. Joaquim; Horta da Margarida; Horta Delmiro; Prato Verde Sustentável e Cantinho Verde da Maria.

Após um primeiro contato por telefone, confirmamos que três delas se encaixavam no perfil pretendido: Horta da D. Maria e Sr. Joaquim; Horta da Margarida e Cantinho Verde da Maria. Fizemos um primeiro contato presencial nas três, e conseguimos marcar o trabalho de campo, em data futura. Quando voltamos a campo, descobrimos que a horta Cantinho Verde da Maria não estava mais funcionando, de modo que ficamos com as outras duas.

Na primeira vez que chegamos às hortas, que funcionam lado a lado no mesmo terreno, conseguimos estabelecer contato com Margarida, responsável por uma delas, sem, no entanto, saber quem era ela. Margarida se encontrava do lado de fora, da horta, com seu marido; curiosamente perguntamos a ela, inicialmente, por Maria. Desconfiada, Margarida nos deu algumas informações, mas sem revelar-se como agricultora do local. Dona Maria havia ido ao hospital, no dia anterior, reclamando de mal-estar. Constataram que se tratava de um princípio de infarto. Segundo Margarida, eu poderia voltar algum dia, “mas sabe-se lá quando ela volta”. Havia já falado sobre as intenções desta pesquisa, e nos despedíamos quando Maria apareceu subindo a rua, segurando uma sacola retornável de supermercado.

De fato, Maria voltava do hospital, passando direto na horta (contra a vontade de seus familiares), pois precisava levar alguns quilos de feijão andu, separados no dia anterior. Conseguimos conversar brevemente. Combinamos de realizar a observação e a entrevista, em data futura. Segundo Maria, era só irmos em um dia pela manhã, que lá estaria ela no roçado.

Voltamos em outra data, mas não encontramos ninguém nas hortas. Aproveitamos então para fazer um reconhecimento das redondezas, para levantarmos algumas informações ou impressões dos moradores do bairro a respeito das hortas. Para nossa surpresa, quase ninguém conhecia as senhoras responsáveis pelos cultivos; apenas um senhor, em uma mercearia próxima, afirmou saber das atividades. No entanto, segundo ele, não havia muito contato da vizinhança com as hortas.

Quando idealizamos o trabalho de campo, era nosso objetivo observar em que medida as hortas urbanas impactavam o cotidiano dos moradores próximos; descobrir qual o alcance, qual escala de ação a horta obtinha em suas redondezas; verificar quais as diferenças do consumo realizado em mercados tradicionais da região, que fornecem alimentos *in natura*, mas também processados e ultraprocessados, e o consumo de alimentos advindos das hortas. Imaginávamos que, em alguma medida, aquelas hortas abasteciam a população local, com hortaliças, legumes, leguminosas, ervas aromáticas e medicinais, frutas e ovos. Sobre as duas hortas havia informação na plataforma Sampa + Rural sobre o cultivo para autoconsumo e sobre um excedente que era comercializado para a comunidade em redor. Neste sentido, preparamos um questionário para ser aplicado aos moradores das ruas mais próximas.

No dia em que fizemos o segundo contato, Maria recebia a visita do fiscal do Programa Operação Trabalho (POT). Não conseguimos, por este motivo, conversar mais longamente, apenas realizamos uma observação livre no local. De qualquer forma, conseguimos a confirmação de que não havia comercialização no local, mas que alguma coisa era levada para um bar, localizado longe dali. Ficamos de retornar em outra ocasião, para realizar a entrevista.

Tendo em vista os primeiros elementos coletados nessas primeiras observações, e depois detalhados na longa conversa que substituiu, digamos assim, a entrevista que pretendíamos fazer, decidimos mudar nossa estratégia, para focar mais no autoconsumo como chave de leitura da realidade concreta que encontramos. Desta forma, desistimos de seguir no caminho dos questionários para a vizinhança para nos concentrarmos na história que viria. Ela segue no próximo item. Pedimos licença para assumirmos a primeira pessoa no singular, que achamos mais apropriada para nos situarmos no relato do encontro com Maria e Margarida.

3.3 - Maria e Margarida: horta, história

Na manhã de uma segunda-feira, por volta das 9:40, cheguei no acesso à “Horta D. Margarida” e à “Hora D. Maria e Sr. Joaquim”. Uma pequena passagem ficava camuflada entre duas fileiras de blocos de concreto e a cerca de arame, com uma porta de madeira improvisada. O terreno, localizado em uma vertente, sumia inclinado atrás de um pequeno canteiro de ervas, onde a placa do programa Sampa + Rural identificava o local. Bati palmas, chamei.

Figura 1: Placa da Horta da D. Maria



Fonte: Caetano Tavares

Lá embaixo, D. Margarida recolhia algumas ferramentas sob um pequeno telhado, uma espécie de alpendre, a única construção ali presente. Ouvindo meu chamado, ela olhou por um tempo, ainda me estranhando, um pouco desconfiada, e foi subindo o estreito caminho que levava à porta. Demorou um tempo para se lembrar de mim, já que se passara cerca de dois meses da minha primeira visita.

Saudando-a, perguntei também por D. Maria, que vinha chegando lá de baixo, agora que o sol subia forte, encerrando o expediente daquele dia. Maria se lembrou de mim, autorizando minha entrada.

Nos sentamos debaixo do telhado, onde havia dois grandes bancos, galões de água mineral, uma fileira de tambores azuis de duzentos litros, algumas vigas encostadas, feitas de madeira e bambu, sacolas, algumas ferramentas.

Retomei a conversa que havia iniciado na primeira vez. Maria ainda limpava o suor da testa, quando começou a falar, fluindo rapidamente. Eu havia levado um gravador, um caderno, lápis, canetas, e um pequeno roteiro de perguntas. Mas Maria começou a contar sua história com facilidade, tanto que não tive tempo de pedir para ligar o gravador, trazendo ainda um receio quanto à receptividade, de modos que fui anotando os pontos mais importantes sem demora. Já estávamos no meio da conversa quando me lembrei do roteiro, surpreso com o fluir da narração.

Maria migrou do Ceará para o Rio de Janeiro com 12 anos de idade. Saiu de Arajara, município que, àquela altura, em 1967, há quatro anos havia deixado de ser distrito de Barbalha, para viajar sozinha para o sul. Trabalhou por três anos “em casa de família, praticamente como escrava”, para um dos sócios da Olivetti. Disse-me que ali conheceu José Wilker e Francisco Cuoco, também sócios da antiga fábrica de máquinas de escrever. Aos 15, Maria voltou para Arajara, de qualquer forma decidida a retornar para o “sul do Brasil”, o quanto antes.

Contrariando seus pais, Maria migrou novamente – “se com 12 eu não pedi permissão, não era com 15 que meu pai ia me impedir de ir embora” – desta

vez para São Paulo, “sozinha, só com Deus”. Novamente, Maria conseguiu trabalho em casa de família, como “escrava”. Perguntei como era, e ela disse que recebia apenas quando, e quanto os patrões decidiam lhe pagar. Trabalhava dia e noite, não tinha para onde ir. Olhando para o chão, vasculhando suas lembranças, Maria me disse: “comi o pão que o diabo amassou, já passei por tanta coisa... se for falar... mas nunca me envolvi com nada de errado... e, olha, não seria por falta de oportunidade, de tanto que vi...”. Erguendo a vista, rodeada de suas plantas, orgulhosa, arrematou: “eu nasci mulher, e decidi que como mulher eu ia vencer, e aqui eu estou...”. Só depois de quarenta anos Maria voltou para Arajara, para ver os pais em breve visita.

A contar pelas datas de sua memória, em 2025 completavam-se cinquenta e cinco anos em São Paulo. Quando chegou no Bairro Jova Rural, em Jaçanã, Maria tinha dois filhos pequenos. Não havia ali asfalto, esgoto, mal havia iluminação e transporte públicos. O comércio quase não se via. O marido pulava de bico em bico e a situação da família beirava a escassez. Com a voz um pouco emocionada, Maria se lembrou do dia em que quase passou fome: segundo ela, uma última nota restava, e nenhum alimento havia para dar aos filhos. Contrariando seu marido, Maria deixou o filho maior com uma vizinha e “desceu” até o Tucuruvi, a pé, com o filho menor nos braços, onde gastou a última nota com alguns doces. De volta à Jova Rural, armou uma pequena tabuleta para vender os quitutes. “Meu marido disse que eu estava doida”. No fim do dia, “eu já tinha o que havia gastado, mais um tanto para fazer uma compra no mercado... Dali eu nunca mais parei”.

Margarida é a irmã mais nova de Maria. Ela veio para São Paulo um pouco depois da irmã, seguindo seus passos. Se Maria contou fartamente sua história, Margarida se manteve em silêncio, completando aqui e ali uma lembrança da Serra do Araripe, suas grutas e cachoeiras da infância, pontuando a riqueza do cultivo das duas irmãs, mais voltada ao presente.

As duas hortas, que poderíamos chamar de roça, ou roçado, datam de 13 anos atrás. No site Sampa + Rural a informação é de que o início se deu em 2015. As irmãs contaram que seus maridos foram até a prefeitura, interessados em cultivar aquele terreno baldio, situado na Av. Ari da Rocha Miranda. No escritório da CDHU conseguiram a liberação para plantar no local, com a

condição de não estabelecerem nenhuma construção, nem plantarem árvores frutíferas muito grandes (o descumprimento desta condição se encontra enraizado em abacateiros e mangueiras...). Afora isso, a permissão tem caráter precário, assim que quiserem, “eles podem tomar de nós o terreno”. Maria lembrou que, nesse tempo, já recebeu propostas para tomar posse do local, mas disse que não faria nada por “debaixo dos panos”.

Figura 2: Vista de cima do terreno e redondezas



Fonte: Google Maps

Há apenas um ano Maria e Margarida entraram para o Programa Operação Trabalho (POT), vinculado ao Sampa + Rural. Para participarem, precisam cumprir uma jornada de seis horas de trabalho, de 8:00 às 14:00 (“mas lá pelas 5:00, 5:30 eu já estou aqui, e paro lá pelas 10:00... vê se 12:00 é hora de estar na roça, com o sol na cabeça?”). No dia em que conversamos Maria esperava, inclusive, a visita do fiscal do programa. Ao participar do POT, cada uma recebe um salário mínimo, além de assistência técnica. Elas precisam

participar de reuniões periódicas, onde provavelmente são debatidos os problemas e atualizadas as situações dos beneficiários do programa. Margarida nos disse que Maria é quem vai nas reuniões. Já Maria relatou que não gosta de participar, uma vez que “é muito longe” e que há dificuldades com transporte. Além disso, destacou que gosta de resolver seus problemas sozinha, “sem muita gente dando muita opinião”. Interessante foi descobrir que o fiscal parece aliar-se a Maria nessas questões, de maneira que ela consegue “tocar” sua roça sem maiores problemas. O contrato com o POT dura dois anos, e Maria disse não saber se iria renovar, no final de 2025, por conta dos compromissos, dúvida que parece não resistir à remuneração obtida, renda preciosa e fundamental.

Várias vezes, em nossa conversa, Maria ressaltou sua riqueza, ao apontar para os cultivos em redor, com o olhar brilhante de orgulho. Entretanto, algumas dificuldades são persistentes, entre as quais a falta de água é a mais importante. A própria condição precária de ocupação do terreno, ainda que “regular”, impede a solicitação de um ponto de água na Sabesp, uma vez que para isso é necessária uma regularização municipal do terreno – apenas a CDHU poderia tomar tal providência. Não há, tampouco, um local próximo para obtenção da água que, ademais, representaria um custo significativo, vindo de onde viesse. Desta forma, é a chuva que fornece esse *input*. Maria apontou, então, para os tonéis azuis, onde elas coletam a água da chuva. Uma solução formulada com técnica e sabedoria, de dentro da roça. Amarradas rente às telhas, algumas garrafas *pet* cortadas direcionam a água para os tonéis.

Figura 3: Solução para captação da água da chuva



Fonte: Caetano Tavares

Outro problema enfrentado é a invasão do terreno por usuários de drogas. São frequentes os roubos a cachos de banana, mangas e goiabas que, segundo ela, são vendidos para a compra de drogas. Por este motivo, inclusive, as irmãs não mantêm nem um cadeado ou corrente no acesso às hortas, por serem também alvo de furtos. Maria comentou, enquanto andávamos pelo terreno, que não se importa muito com os furtos, já que “o que é meu fica”. Surpreende, à primeira vista, sua compreensão ampla sobre a situação, mas compreendemos que é uma forma de sabedoria advinda do trabalho com a riqueza da terra. Se há muita fartura, não há problema em “compartilhar” uma parcela, ainda que a despeito de seu objetivo com o roçado.

Passemos, pois, ao tesouro de Maria e Margarida. Depois de conversarmos um tanto, quando apontei para uma árvore, perguntando qual seria, Maria se levantou para caminharmos pelo terreno – sua resposta foi iniciar um trajeto para me mostrar tudo.

Figura 4: Maria nos mostra o caminho



Fonte: Caetano Tavares

Figura 5: Maria embaixo da mangueira



Fonte: Caetano Tavares

Grande parte do cultivo é feito em um terreno inclinado, à exceção de alguns canteiros de ervas colados à entrada das hortas. Assim, fomos descendo por um caminho serpenteante, perpendicular ao mergulho da vertente. Maria foi na frente, apontando as árvores, enquanto Margarida nos seguia mais afastada, traçando outras rotas. Logo chegamos a dois belos roçados, de feijão andu e mandioca, delimitados por algumas bananeiras.

Figura 6: Roçado de mandioca e de feijão andú



Fonte: Caetano

Figura 7: Bananeiras



Fonte: Caetano Tavares

Seguindo, chegamos a diversas árvores frutíferas, mangueiras, abacateiros e goiabeiras como protagonistas. Por todo lado, açafrão-da-terra, abacaxis. Até um pé de maçã, de cerca de um metro de altura, vicejava ensolarado. Descendo ainda mais, o pequeno caminho sumia, e começamos a andar pelo terreno, livremente. Fui seguindo Maria, passando por onde ela passava, debaixo de galho, pulando arbustos, com Margarida se rindo por detrás.

Chegamos ao fundo do terreno, na face que dá para a rua Alfeu Alcântara Machado, onde Maria me mostrou cachos de banana, alguns pouco desenvolvidos, por conta da falta de água, outros mais viçosos.

Fomos subindo, a partir dali, pelo outro lado do terreno, entrando na horta de Margarida. Ela me mostrou, orgulhosa, uma vasta área que fora limpa recentemente por ela na enxada. Imaginei a força daquelas mãos e pés, equilibrando-se na vertente. Margarida me mostrou a fartura de goiabas pelo chão, quiabos, até mesmo um pé de uva, cajá-manga, imbus. No meio da subida, Maria se empolgou para me mostrar uma “maravilha”, a belíssima flor do açafrão da terra.

Figura 8: Margarida na goiabeira



Fonte: Caetano Tavares

Figura 9: Flor do açafrão-da-terra



Fonte: Caetano Tavares

Completando a volta na roça, chegamos novamente perto do alpendre, onde as irmãs me mostraram um belo canteiro de ervas, com diversas espécies. Maria disse que iria me mostrar algo que ninguém acreditava quando via, apontando para uma pequena touceira, que julguei ser algum tipo de capim. Arroz! “Ano passado deu uns cachos, que só vendo!”

Figura 10: Maria no canteiro de ervas



Fonte: Caetano Tavares

Figura 11: Touceira de arroz



Fonte: Caetano Tavares

A diversidade presente no cultivo das duas irmãs impressiona. Entre frutas, vimos goiaba, acerola, abacate, abacaxi, manga, cajá-manga, imbu, banana, maçã, jenipapo, jaca, uva, jurubeba, laranja. As ervas: alfazema, losna, mãe-de-todas, alecrim, lavanda, arruda, cebolinha, coentro espada. Flores comestíveis e ornamentais: capuchinhas e lírios. Outros cultivares: pimenta chilena, pimenta malagueta, tomate, cebola, açafrão, urucum, quiabo, jiló, taioba; arroz, amendoim, feijão andu, mandioca, fumo, milho, palma, cana, até mesmo um pé de fumo. Curioso foi perceber a convivência com um casal de teiús, grandes lagartos onívoros quase domesticados que, segundo Margarida, patrulham a horta, comendo cobras e escorpiões.

A grande maioria do que é plantado é utilizada para autoconsumo. Ambas as irmãs vivem atualmente com seus respectivos maridos – que, por sinal, não trabalham nas hortas. Os filhos e netos costumam visitar em finais de semana, ocasião em que todos se deleitam no espaço.

Elas salientaram que tudo aquilo que é retirado para consumo volta para a horta, em forma de ingredientes para adubo. Nenhum insumo químico é utilizado. “Nunca coloquei veneno aqui, nunca!”. Todo o manejo é feito pelas duas irmãs, com ferramentas simples e um trabalho tenaz. Quando perguntei a elas sobre o que era agroecologia, me responderam já terem ouvido falar. Maria disse que em alguma das reuniões do POT haviam comentado mesmo algo sobre aquilo. Sobre o programa Sampa + Rural, Maria me disse que uma moça havia vindo há um tempo para colocar a plaquinha de identificação, de maneira um pouco vaga. De vez em quando essa moça voltava, solicitando uma visita para mostrar a horta a outras pessoas, “até estrangeiro já veio aqui”, e que ela achava bom, já tinha confiança nela. Senti ser bastante palpável o vazio que existe entre teoria e prática, que seus caminhos podem andar paralelos, mas que conexões são necessárias para ampliar uma rede justamente prática e teórica. Maria e Margarida praticavam agroecologia de forma direta, as hortas eram ou não eram uma transformação em suas vidas?

Se o autoconsumo representa a principal realização das hortas, há, também, alguns cultivos com os quais é gerada renda direta. O principal deles é o feijão andu. Segundo as irmãs, em época de colheita, o trabalho é ininterrupto. No mês do andu, Maria afirmou que chega a tirar meio salário mínimo, com venda direta.

Outro cultivo de destaque é o açafrão-da-terra, espalhado por todo o terreno. Maria faz todo o processo: colheita, processamento, secagem (que não pode ser feita com calor, para não se perderem suas propriedades), trituragem e empacotamento. De cada 20 kg colhidos, são obtidos 5 kg do produto pronto. O urucum, por sua vez, passa por processo semelhante.

A manga também é usada para fabricação de “gelinho”. Maria apanha as mangas no chão, leva para casa e começa outro turno de trabalho: descasca, pica, bate no liquidificador, coloca nos saquinhos e armazena em seu freezer.

Figura 12: Maria “engorda” as mangas



Fonte: Caetano Tavares

Além dessas frentes de comercialização, Maria costuma levar abacates, ervas e hortaliças para vender no pequeno bar que ela e o marido mantém, em casa, na Travessa Igarapé Progresso, em uma comunidade localizada no Bairro Jardim Joamar. Mas, segundo ela, ali “não vira muita coisa”.

Figura 13: Panorama da rua Tv. Igarapé Progresso



Fonte: Google Street View

Figura 14: vista da frente da casa de Maria



Fonte: Google Street View

Depois de andarmos por toda a roça, voltamos para o alpendre. Havia muito suor no rosto e uma alegria no ar; elas, satisfeitas por passar em resumo o belo e forte trabalho ao qual se dedicavam, todos os dias. Eu, por confirmar grande parte daquilo que havia lido e estudado sobre o assunto, acontecendo diante de meus olhos. Margarida não guardava mais desconfiança. Fiquei de levar uma apostila com receitas de calda de mamona, calda bordalesa, para ela combater os pulgões que estavam atacando sua acerola. Elas me ofereceram

presentes, percebi que também estavam agradecidas pelo interesse: sementes de coentro espada, algumas goiabas, uma manga palmer e uma manga coquinho, dois bulbos de açafrão-da-terra, duas pimentas “chilenas”, um raminho de arruda para boa sorte. Perguntei se poderia tirar uma foto das duas. Elas se abraçaram e ergueram o rosto, altivas, verdadeiras rainhas daquele lugar.

Figura 15: Presentes



Fonte: Caetano Tavares

Figura 16: Maria e Margarida



Fonte: Caetano Tavares

Considerações Finais

A produção de alimentos pode ser considerada como questão chave para a reprodução da sociedade. Está na base da sobrevivência física e biológica, mas também se relaciona com modos de vida e costumes nas grandes e modernas cidades. Além da dimensão econômica, ela envolve intensamente todas as escalas da política e está enraizada na cultura, tanto nas maneiras de se produzir quanto nas formas de se consumir. Representa, ainda, de forma bastante direta, a relação entre sociedade e natureza, especialmente no que tange a utilização dos recursos naturais e a preservação ou devastação do meio ambiente.

Desde meados do século XX, a modernização da agricultura, que aliou ciência, tecnologia e capital, tornou hegemônico o modelo propagado pela chamada Revolução Verde, monopolizando a produção, o processamento, a distribuição, a comercialização e o consumo de alimentos em escala global. Este modelo progrediu também como ideologia, prometendo acabar com a fome e a escassez de comida na mesma escala, melhorando assim, de forma geral, a vida de todas as pessoas.

No entanto, muito longe de cumprir com sua agenda ideológica, a Revolução Verde fez com que o alimento virasse *comodities*, transformando um elemento tão básico para a sobrevivência em um monstruoso conjunto de números especulados nas bolsas de valores, favorecendo o crescimento do capital financeiro, fortalecendo economicamente um grupo muito reduzido de pessoas, às custas das situações alimentares das populações de todo planeta.

Nos tempos atuais, o avanço desmesurado da ciência e da tecnologia criou uma série de produtos artificiais, ultraprocessados, que dominam as prateleiras dos supermercados e se impõe como a base alimentar de muitos grupos sociais, desfavorecidos pela imensa desigualdade social, especialmente nos países do Terceiro Mundo. Uma verdadeira tirania alimentar.

Neste contexto, é urgente e fundamental que a sociedade busque alternativas a este processo, outras maneiras de produzir alimentos e de se

relacionar com os recursos naturais e com a natureza. É neste sentido que a agroecologia se configura como base filosófica e arcabouço de conhecimento e técnicas, a serem mobilizados para se restaurarem relações fundamentais para a reprodução da vida.

Aplicada à agricultura de uma forma geral, e à agricultura urbana, especificamente, a agroecologia pode contribuir para fazermos uma transição ampla, questionando as estruturas hegemônicas como o capitalismo, o patriarcado e o colonialismo – pois, em grande medida, é nas cidades que se disputam os usos do território. Além disso, nas cidades se concentra a maior parte da população, em escala mundial. E é também nelas que as desigualdades sociais se expressam com maior força. Desigualdades estas que se fundamentam em diversos fatores, entre os quais o gênero aparece com destaque.

Por estes motivos faz-se tão precioso o trabalho das mulheres agricultoras; um trabalho que por si só tensiona a normatividade masculina; um trabalho que comporta um saber-fazer baseado em outra relação com os seres, sob uma ética do cuidado tão valiosa para a geração e manutenção dos agrossistemas alimentares. A agroecologia, feminina e transformadora, está assentada sobre bases harmônicas de respeito com o outro, de equidade e valorização de conhecimentos que conservam a vida. Assim, acreditamos que territorializar a agroecologia é disputar o futuro para a sociedade, em detrimento de sua devastação da natureza da qual ela faz parte, a favor da transformação.

Referências Bibliográficas

- ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável – 4ª edição – Porto Alegre: UFRGS, 2004
- AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. In: Ambiente & Sociedade, Campinas, v. X, n. 1, p. 137-150, jan./jun. 2007
- BIASE, Laura De. Agroecologia, campesinidade e os espaços femininos na unidade familiar de produção. 2010. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2010
- BIAZOTI, André Ruoppolo. Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo. Piracicaba: 2020. Dissertação de Mestrado
- CAMARGO, Clara Ribeiro. Mulheres e agroecologia no município de São Paulo: um estudo sobre cuidado e política. 2023. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/106/106132/tde-21082023-155238/>.
- CARVALHO, Laura Martins de. Agricultura urbana em contextos de vulnerabilidade social na zona leste de São Paulo e em Lisboa, Portugal. 2021. Tese (Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- CASTRO, Josué de. Geografia da fome. 5a Edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1957
- MOUGEOT, Luc J.A. Agricultura urbana: conceito e definição. Revista de Agricultura Urbana. v.1, n.1, p.01-08, 2000. Disponível em: https://ruaf.org/assets/2000/10/rau01_total.pdf
- NAKAMURA, A. C. A agricultura no município de São Paulo como possibilidade de aproximação do alimento ao consumidor, segurança alimentar e valorização da agricultura. In: Menezes, S. de S. et al. Geografia dos Alimentos:

territorialidades, identidades e valorização dos saberes e fazeres. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021

NAKAMURA, A.C.; RANIERI, G. R. Agricultura urbana: agroecologia, alimentação, saúde e bem-estar. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021

OLIVEIRA, A. U. de. As abordagens teóricas da agricultura. In: _____. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007

OTT, Anna Fridha Santos. Mulheres que alimentam cidades: ecofeminismo e agroecologização de territórios. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-01112023-172737/>

RIBEIRO Jr., J. R.; PRADO, M. S. A.; BANDONI, Daniel H.; DE CARLI, L. *Atlas das situações alimentares no Brasil. A disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/62717820/Atlas_das_situações_alimentares_no_Brasil_a_disponibilidade_domiciliar_de_alimentos_e_a_fome_no_Brasil_contemporâneo.

SANTOS, Milton. Pobreza urbana. São Paulo, Edusp: 2013.

_____. Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo . São Paulo, Edusp: 2019. [1990]

_____. O espaço dividido. São Paulo: Edusp, 2018. 2a. edição.

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020. (4 edição, 10 reimpressão)

<https://capital.sp.gov.br/w/noticia/cidade-lanca-programa-sampa-rural-para-expandir-assistencia-tecnica-no-setor-agricola>